

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

2025



Índice

Introdução.....	4
CAPÍTULO I – Relatório de atividades	6
CAPÍTULO II – Relatório de Gestão.....	20
1. Introdução e Enquadramento Normativo.....	20
2. Âmbito e Limitações da Prestação de Contas 2025	20
3. Objetivos do Relatório.....	20
4. Metodologia de Análise e Auditoria.....	21
5. Análise orçamental.....	21
5.1. Receita	24
5.2. Despesa	27
5.3. Resultado orçamental	29
5.4. Principais indicadores orçamentais.....	31
6. Análise económico-financeira	32
6.1. Balanço	32
6.2. Demonstração de resultados	34
6.3. Indicadores económico-financeiros	36
6.4. Endividamento municipal.....	36
7. Contabilidade de gestão.....	37
8. Proposta de aplicação de resultados	37
9. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período	37
10. Dívidas ao Estado e à Segurança Social.....	38
11. Principais pressupostos relativos ao futuro	38
12. Contexto Geopolítico e Económico: Conflitos Internacionais e Dinâmicas Globais	39
CAPÍTULO III – Organização municipal e recursos humanos.....	41

Índice de tabelas

Tabela 1 - Receita	21
Tabela 2 - Despesa	23
Tabela 3 - Despesa	27
Tabela 4 - Despesa efetiva	28
Tabela 5 - Despesa não efetiva	29
Tabela 6 - Saldo da gerência anterior.....	30
Tabela 7 - Resultado orçamental	30
Tabela 8 - Indicadores Orçamentais.....	31
Tabela 9 - Ativo.....	32
Tabela 10 - Passivo	33
Tabela 11 - Património Líquido	34
Tabela 12 - Gastos	34
Tabela 13 - Rendimentos	35
Tabela 14 - Indicadores financeiros	36
Tabela 15 - Limite da Dívida total.....	36
Tabela 16 - Dívida total	36
Tabela 17 - Mapa de pessoal.....	46
Tabela 18 - Mapa de pessoal - contingente a 31/12.....	47
Tabela 19 - Mapa de pessoal mobilidades	47
Tabela 20 - Evolução do número de trabalhadores	48
Tabela 21 - Indicadores de despesa com o pessoal	53

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Investimento	24
Gráfico 2 - Evolução transferências de capital	24
Gráfico 3 - Evolução da Receita.....	25
Gráfico 4 - Impostos diretos.....	26
Gráfico 5 - Transferências obtidas	26
Gráfico 6 - Evolução da despesa	27
Gráfico 7 - Evolução das despesas correntes.....	28
Gráfico 8 - Evolução das despesas de capital.....	29
Gráfico 9 - Ativo.....	33
Gráfico 10 - Gastos	34
Gráfico 11 - Rendimentos	35
Gráfico 12 - Distribuição de trabalhadores por carreira	48
Gráfico 13 - Distribuição de trabalhadores por género	49
Gráfico 14 - Distribuição de trabalhadores por carreira e género.....	49
Gráfico 15 - Trabalhadores por escalão etário.....	49
Gráfico 16 - Distribuição de trabalhadores por idade e género	50
Gráfico 17 - Trabalhadores por antiguidade	50
Gráfico 18 - Trabalhadores por escolaridade.....	51
Gráfico 19 - Trabalhadores por escolaridade/género.....	51
Gráfico 20 - Trabalho extraordinário	52
Gráfico 21 – Absentismo/género	52
Gráfico 22 - Absentismo/motivo.....	53

Introdução

O ano de 2025 consolidou-se como um período de transformação e de afirmação política para o Município de Terras de Bouro. Num contexto socioeconómico desafiante, marcado pelo isolamento geográfico e pelo envelhecimento demográfico, este Executivo não se limitou a gerir o presente; projetou o futuro com um rigor financeiro inabalável e uma capacidade de execução sem precedentes. A governação pautou-se por uma estratégia de proximidade, onde cada investimento foi pensado para elevar a dignidade dos terrabourenses e potenciar os ativos únicos do nosso território.

É prova disso a colaboração mantida com as Juntas de Freguesia, as Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), o Agrupamento de Escolas, o Centro de Saúde, a GNR, a Irmandade do São Bento da Porta Aberta e os Agentes de Desenvolvimento Local.

O reflexo desta gestão audaz é visível na evolução orçamental: partimos de um orçamento inicial de 17 milhões de euros e, através de uma captação estratégica de fundos comunitários (PRR e Portugal 2030), atingimos um volume de investimento de 26,6 milhões de euros, provando que o rigor nas contas é o alicerce para uma ambição sem limites.

A presente prestação de contas constitui o reflexo do compromisso assumido perante os órgãos autárquicos e a população, detalhando a execução das opções estratégicas delineadas para o ano de 2025. Num período marcado por um contexto internacional conturbado, com pressões inflacionistas e o aumento exponencial do custo de bens e serviços, fatores que exigiram um exercício complexo de programação económica e financeira, a gestão municipal manteve-se fiel à sua estratégia de progresso, focada na estabilidade e na melhoria contínua da qualidade de vida no concelho, nesta ano de 2025, terminou o mandato autárquico 2021-2025 e, em resultado do ato eleitoral de 12 de outubro, iniciou um novo mandato: 2025-2029.

Assim, no domínio das infraestruturas e da coesão territorial, a execução de 2025 deu prioridade à modernização da rede viária e à regeneração urbana. Projetos estruturantes, como a segunda fase da requalificação da EM 536, a terceira fase da Ecovia do Rio Homem e a requalificação urbana de Rio Caldo, representaram passos decisivos para a melhoria da mobilidade e da segurança. Simultaneamente, o Município investiu no reforço das redes de saneamento e

abastecimento de água, com destaque para a preparação da construção de novas ETAR nas freguesias de Rio Caldo e Vilar da Veiga, em parceria com a empresa Águas do Norte.

A área da saúde e do bem-estar social foi igualmente central na ação municipal. Através da descentralização de competências, o Município continuou a avançar com o processo da requalificação da Extensão de Saúde de Rio Caldo, apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e com a elaboração do projeto da Unidade de Cirurgia de Ambulatório em Moimenta, aproximando cuidados de saúde essenciais dos cidadãos. Na Ação Social e Educação, consolidou-se um forte apoio às famílias e aos grupos mais vulneráveis: foram garantidos transportes escolares gratuitos, refeições e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), ao mesmo tempo que se promoveu a habitação condigna e o envelhecimento ativo.

Finalmente, a valorização do património natural e o desenvolvimento económico continuaram a ser vetores de afirmação de Terras de Bouro.

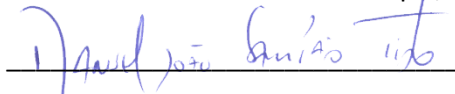
Esta prestação de contas reafirma, assim, que a gestão municipal honrou os seus compromissos, canalizando os recursos disponíveis para dotar o concelho das condições indispensáveis ao seu engrandecimento e ao bem-estar de todos os terrabourenses, nas diversas da sua atuação: emprego, saúde, educação, ação social, cultura, proteção civil e agricultura.

Encerramos o ano de 2025 com a consciência de que o rigor na gestão dos dinheiros públicos e o trabalho incansável em todas as frentes transformaram Terras de Bouro num concelho mais resiliente, mais moderno e, acima de tudo, mais humano.

Ainda muito está por realizar, mas muito foi realizado neste ano, com ênfase para a projeção do futuro.

Esta prestação de contas é o espelho de um compromisso renovado com a nossa terra e com a nossa gente, de alma e coração por Terras de Bouro.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Manuel João Sampaio Tibo)

CAPÍTULO I – Relatório de atividades

Nas diferentes áreas de gestão municipal, pode constatar-se que o ano de 2025, na senda do que tem vindo a sere feito, manteve-se o ritmo de ações, iniciativas e de investimento em diversas vertentes e de crucial importância para o desenvolvimento do concelho, como os exemplos de investimentos que se seguem.

Ação Social, Habitação e Equipamentos Sociais

Acessibilidade em Edifícios Públicos: Elaboração de projetos de plataformas verticais no edifício da Câmara Municipal e na Piscina Municipal para garantir a acessibilidade.

Campanhas de Solidariedade: Realização de colheitas de sangue em Terras de Bouro e na Vila do Gerês (janeiro), com a participação de 47 cidadãos, resultando em 39 dádivas efetivas.

Projeto "Bem Envelhecer": Promoção do envelhecimento ativo através de visitas culturais e intergeracionais. Destacam-se a deslocação ao Museu do Brinquedo em Vila Verde e a visita à Casa Lata em Amares, focadas no convívio e na estimulação cognitiva dos seniores. O objetivo foi promover o envelhecimento ativo e o bem-estar físico e social.

Reuniões do Conselho Local de Ação Social: Sessões de trabalho do CLAS para analisar o Diagnóstico Social do concelho e planear atividades futuras. O foco foi a articulação entre as diversas entidades sociais para responder às necessidades da população.

Elaboração de candidatura ao PRR para Mobilidade Elétrica: Aprovação de uma candidatura no valor de 42.592,35€, financiada a 100% pelo Plano de Recuperação e Resiliência. A verba será utilizada para a aquisição de 15 veículos elétricos de 4 rodas e 5 cadeiras de rodas elétricas. Esta ação demonstra a eficácia na captação de fundos comunitários. O Executivo garante uma resposta direta e inovadora às necessidades de autonomia das pessoas com mobilidade reduzida, sem qualquer impacto nos impostos dos munícipes.

Atividades do CLDS5G: As iniciativas reafirmam a nossa política de proximidade itinerante. Não esperamos que os nossos cidadãos venham aos Paços do Concelho; levamos a dignidade, o cuidado e o reconhecimento às freguesias, valorizando o capital de sabedoria dos nossos seniores.

Radar Social e CLDS 5GEIRA: Implementação de equipas técnicas e aquisição de viatura adaptada para apoio social domiciliário e combate à exclusão.

Estratégia Local de Habitação: Previsão de aquisição e reabilitação de habitação através do programa 1.º Direito/PRR.

Habitação Condigna: Apoio a famílias carenciadas para obras, projetos de arquitetura e auxílio no arrendamento.

Regulamento Municipal de Apoio à Aquisição de Medicamentos, tendo como objeto apoiar a aquisição de medicamentos, prescritos através de receita médica, às/aos cidadãs/ãos com doenças crónicas que se encontrem em situação de carência económica.

Apresentação de candidatura para a criação e desenvolvimento de **balcões de inclusão - unidades móveis,** com vista à promoção do acesso a serviços coletivos de proximidade para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, de idosos e respetivos familiares e de pessoas com limitações na utilização de serviços desmaterializados e eletrónicos.

Execução, monitorização e avaliação dos instrumentos estratégicos para a igualdade e não discriminação, nomeadamente o **Programa Municipal para a Igualdade e Conciliação** e o **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação.**

Protocolo de Prevenção da Toxicodependência: Assinatura de protocolo entre a CDT de Braga e as CPCJ do distrito para reforçar a proteção de crianças e jovens. A nossa governação é um escudo para as famílias. Ao articularmos respostas diretas contra as dependências, protegemos o futuro de Terras de Bouro e garantimos que as nossas instituições têm as ferramentas políticas e técnicas para intervir onde é necessário.

Marcha contra a Violência sobre as Mulheres: Ação de sensibilização em parceria com o Agrupamento de Escolas Padre Martins Capela. Terras de Bouro não se cala perante a injustiça. Este ato público simboliza um Executivo com valores éticos inabaláveis, que utiliza a educação e a mobilização social para construir uma comunidade mais justa e segura para todos.

Saúde e Bem-Estar

A gestão municipal de 2025 assumiu a saúde como um pilar de justiça territorial, focando-se na descentralização e na proximidade:

Requalificação da Extensão de Saúde de Rio Caldo: Conclusão do projeto para a sua requalificação, através do Investimento de 500.000,00€ (via PRR) para converter a antiga escola

primária numa unidade moderna, com elevados padrões de eficiência energética, e recurso à Banca tradicional e orçamento municipal.

Unidade de Cirurgia de Ambulatório em Moimenta: Elaboração do projeto para a criação de um bloco operatório de apoio ao pré e pós-operatório, em parceria com a ULS de Braga, reduzindo a necessidade de deslocações dos munícipes.

Integração na Equipa de Saúde Mental da ULS Braga: Reforço da cooperação para que equipas especializadas realizem acompanhamento de proximidade no concelho, focando em populações mais isoladas e em situações de risco. Este Executivo assume a Saúde Mental como uma prioridade de cidadania. Garantir cuidados especializados nas freguesias é uma medida de justiça territorial que protege os terrabourenses em todas as fases da vida.

III Fórum Intermunicipal para a Promoção da Saúde Mental: Evento focado na saúde mental na idade adulta e no papel das equipas comunitárias da ULS Braga. Assumimos a liderança regional na saúde mental, tratando esta temática não como um tabu, mas como uma prioridade de saúde pública. É o resultado de um Executivo que investe no bem-estar invisível, mas essencial, das suas gentes.

Envelhecimento Ativo e Coesão Social

Inovação no Atendimento: Candidatura para Balcões de Inclusão Móveis, assegurando que os serviços digitais e administrativos chegam a quem tem limitações de deslocação.

Infraestruturas Rodoviárias e Requalificação Urbana

Esta área representou o maior volume de investimento direto do município, focando-se estrategicamente na segurança rodoviária, na valorização do espaço público e na promoção da mobilidade sustentável.

Intervenções na Rede Rodoviária e Pedonal

Contratação da elaboração de diagnóstico das vias nacionais 205-3; 307 e 304.

Estrada Municipal Assento – Corujeira (Rio Caldo): Início da requalificação integral da via, num investimento superior a 1 milhão de euros.

Estrada Municipal Ribeira – Souto: Conclusão da primeira fase das obras de beneficiação do pavimento e segurança.

Adjudicação e início dos trabalhos de beneficiação (2.ª fase) desta via estruturante para a conectividade municipal.

Rede de Percursos Pedonais: Conclusão da 3.ª fase da ligação entre a Assureira e a Vila do Gerês.

Construção de passeios e zonas de circulação entre Zanganho e Batoca: Elaboração do projeto e submissão de candidatura a financiamento comunitário.

Implementação de novo troço pedonal entre o Campo do Gerês e a Guarda, em parceria com a Junta de Freguesia.

Ecovia do Rio Homem (3.ª Fase): Elaboração do projeto e preparação do lançamento do concurso público desta infraestrutura de mobilidade suave, essencial para a promoção do turismo de natureza e lazer.

Requalificação Urbana e Espaços Públicos

Praia do Alqueirão: Conclusão da requalificação.

Marina de Rio Caldo: Projeto de ampliação e modernização, com o aumento da capacidade para 160 lugares de amarração e o reposicionamento da embarcação turística para otimização do espelho de água.

Espaços Verdes: Programa contínuo de manutenção e melhoria dos jardins e áreas de lazer em todo o concelho.

Equipamentos e Logística Municipal

Armazém Municipal na Balança: Elaboração do projeto e lançamento do concurso público para construção de uma nova unidade logística para otimizar a operacionalidade dos serviços municipais.

Centro de Recolha Oficial de Animais (Canil): Aquisição de parcela de terreno para criação de zona de recreio.

Candidaturas e Projetos Estratégicos (Planeamento)

Requalificação Urbana de Rio Caldo (Aviso NORTE 2030): Submissão de candidatura para a zona da Cruz Vermelha, Posto de Turismo e Parque de Estacionamento do Tanquinho.

Bairro da Caniçada (Ex-EDP), Valdosende: Candidatura para a requalificação total do bairro, com um investimento previsto de 1,6 milhões de euros.

Planeamento Urbanístico e Emprego

Plano Diretor Municipal (PDM): Prossecução do processo de revisão do PDM, adaptando-o às novas dinâmicas socioeconómicas e exigências legais, promovendo a instalação de Parques Empresariais (Balança e Rio Caldo).

Cadastro Predial (SICS CÁVADO): Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado, permitindo a identificação e registo da propriedade em todo o concelho — uma ferramenta essencial para a gestão do território e proteção contra incêndios.

Diplomacia Institucional: Intervenção ativa junto das entidades competentes para acelerar a revisão do **PEAC** (Plano Especial da Albufeira da Caniçada) e do **PEPNPG** (Plano Especial do Parque Nacional da Peneda-Gerês), fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região.

Turismo e Promoção do Território

Promoção Internacional: Presença estratégica nas feiras de turismo FITUR (Madrid) e BTL (Lisboa), com destaque para a promoção do Gerês, do termalismo, arqueológico e do turismo religioso.

Caminhos de Peregrinação: Criação de novos postos de carimbagem para os passaportes da Grande Rota Peneda-Gerês (GR50) e do Caminho da Geira e dos Arrieiros nos postos de turismo de Rio Caldo e Gerês.

Festival de Caminhadas e Trilho das Bruxas: Apoio na organização da 12.ª edição do evento, promovendo a rede de trilhos e o contacto direto com a natureza.

Taxa Municipal Turística: Realização de sessões de esclarecimento com operadores turísticos sobre a implementação da taxa, cujos proveitos serão reinvestidos na limpeza, manutenção e promoção do concelho.

Abertura da Época Termal no Gerês: Evento realizado no final de abril e início de maio para dinamizar a Vila do Gerês.

Apoio à Gerês Viver Turismo (GVT).

Projeto "Gerês Seguro 2025": Implementação de uma parceria entre o Município, a Associação Gerês Viver Turismo e a Carclasse, com a utilização de uma viatura 100% elétrica para ações de fiscalização e divulgação de boas práticas ambientais. Reforçamos o posicionamento do Gerês como um **destino de excelência e ecológico**. O uso de veículos elétricos na fiscalização do Parque Nacional é um sinal claro de modernidade e compromisso com a proteção do nosso "ouro verde".

Galardão "Qualidade de Ouro 2025" - Praia do Alqueirão: Atribuição do selo de qualidade pela QUERCUS à Praia do Alqueirão. Este reconhecimento baseia-se na excelência da qualidade da água balnear ao longo das últimas épocas, reforçando o Gerês como destino ambientalmente seguro.

Segurança em Pontos Turísticos: Melhoria das condições de acessibilidade e segurança na Cascata Fecha das Barjas (Taihti).

Recuperação da **Trincheira do Campo do Gerês**, como elemento referenciador da defesa do território, desde a Idade Média.

Zona de Lazer e Visitação – Carvalheira (Junta de Freguesia) – Projeto elaborado.

Zona de Lazer e Visitação – Covide (Junta de Freguesia) - Projeto elaborado.

Zona de Lazer da Barca (Rio Caldo), em que será recuperada a antiga Casa do Barqueiro.

Vª Edição do IRIS – Festival de Imagem de Natureza do Gerês, com o objetivo de divulgar a região e promover um produto turístico com enorme potencialidade, em particular em épocas com taxas de ocupação turística mais baixas, ajudando, desta forma, ao combate da sazonalidade.

Procedeu-se à 3.ª edição da **Revista "No Coração da Natureza"**.

Cultura, Património e Associativismo

Realização das **Festas Concelhias** que reuniu milhares de locais e visitantes nos 5 dias festivos.

Centro Interpretativo do Garrano: Projeto de valorização da raça autóctone, cujo complexo foi concluído.

Requalificação do Centro Cultural de Terras de Bouro: Melhoria das condições do espaço para eventos e atividades associativas.

Tradições Populares: Realização do XXIV Encontro Concelhio de Cantares de Reis, preservando a identidade cultural local com a participação de grupos de diversas freguesias.

Classificação de Património: Início do processo e classificação da Ponte do Quintão (freguesia da Carvalheira) como Imóvel de Interesse Público Nacional.

Revalorização da Geira Romana: Intervenções de manutenção e sinalização na Via Nova (Geira), com o objetivo de potenciar este património da humanidade para o turismo cultural e para os peregrinos que percorrem os Caminhos de Santiago através do concelho.

Centros Interpretativos: Protocolo com o ICNF para a reabilitação de casas florestais cujos projetos e levantamentos foram realizados:

A **casa florestal da Albergaria** poderá servir como infraestrutura para criação de uma exposição permanente relacionada com a água e para disponibilizar informação sobre o turismo Wellness, associado ao turismo termal;

A **casa florestal da vila do Gerês**, junto ao edifício da Fronteira, poderá ser reutilizada para criar um centro interpretativo dos 50 anos do Parque Nacional, através de uma exposição histórica, comemorativa dessa efeméride. Tratando-se de dois edifícios, um deles poderá ficar de apoio à visitação;

A **casa florestal da Ermida**, na freguesia de Vilar da Veiga, transformar-se-ia num Centro Interpretativo da Cabra Montês. A cabra da Ermida, na serra do Gerês, tem-se afirmado como uma referência na gastronomia e no desenvolvimento local da aldeia comunitária da Ermida, que tem promovido e preservado esta espécie. Este espaço serviria, também, para dar apoio ao Trilho PR 14, Sobreiral de Ermida;

A **casa florestal da Pedra Bela**, atendendo à sua excelente localização, poderá ser reconvertida num centro interpretativo da Vezeira.

A **casa florestal de Leonte**, atendendo à sua excelente localização, poderá ser reconvertida num centro interpretativo da Mata Florestal do PNPQ.

A **casa florestal da Portela do Homem**, atendendo à sua excelente localização, poderá ser reconvertida num centro de apoio aos visitantes.

Reabilitação da Casa do Latim, em Covide, para acolher atividades da Aliança Artesanal, servindo também para realizar exposições que tenham expressão local, com particular enfoque no mundo rural.

Obras de melhoramento e requalificação na **Casa dos Bernardos**.

Foi prestado apoio aos **grupos e associações desportivas, culturais e recreativas do concelho**, de acordo com o seu plano de atividades, tendo sido assegurado um modelo transparente de colaboração e apoio efetivo, enquanto parceiros de valorização humana, social e cultural.

Apoiámos e dinamizámos a **Subida da Vezeira do Gerês**, a **Feira da Chanfana de Cabra na Ermida**;

Apoiaram-se **autores terrabourenses na edição de livros** ou em outros eventos de cultura;

Apoiou-se a **dinamização cultural nas freguesias**;

Reforçou-se o apoio à **Banda Musical de Carvalheira**, que promove, divulga e ensina a música tradicional. Neste ano, além do apoio à atividade, apoiou-se a aquisição de fardamento.

Ambiente, Saneamento, Serviços e Regeneração Urbana

Sistema Intercetor do Cávado-Gerês (1.ª Fase): Obra de extrema importância para o saneamento básico e proteção da Albufeira da Caniçada, num investimento de 1,4 milhões de euros em parceria com a Águas do Norte. Foi preparado o acordo com aquela entidade, bem como, as peças do concurso público a lançar em 2026.

Resolução de problemas de saneamento e água em diversas freguesias do concelho.

Abastecimento de Água: Projetos estratégicos de expansão e melhoria da rede de águas e saneamento com um investimento global que pode atingir os 12 milhões de euros.

Resiliência Florestal: Assinatura do protocolo "Hectares da Biosfera" para a gestão de 13.500 hectares de baldios, prevendo a plantação de 100 mil árvores autóctones para proteção contra incêndios e promoção da biodiversidade.

Recolha Seletiva de Biorresíduos: Implementação da estratégia municipal para a separação de resíduos orgânicos. A ação incluiu a sensibilização da população e a melhoria da rede de recolha, visando o cumprimento das metas ambientais e a redução do lixo enviado para aterro.

Proteção Civil

Gabinete de Apoio aos Afetados pelos Incêndios: Após os incêndios de verão, o Município criou uma equipa multidisciplinar e realizou sessões de esclarecimento para ajudar produtores agrícolas e proprietários na Declaração de Prejuízos Agrícolas e na obtenção de documentos (como o BUPi e RGG). Perante a crise, o Executivo agiu com **proximidade e rapidez**, desburocratizando processos e assegurando que os apoios cheguem efetivamente a quem viu o seu rendimento e património afetados.

Manteve-se atualizado o **Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate aos Incêndios**;

Apoiaram-se financeiramente os **Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro e os núcleos concelhios da Cruz Vermelha Portuguesa (Gerês, Terras de Bouro e Rio Caldo)**;

Apoiaram-se as brigadas de **sapadores florestais do Concelho**;

Manteve-se a **Equipa de Sapadores dos Rios**, valorizando, assim, os rios e ribeiros do concelho.

Educação, Juventude e Desporto

Requalificação de Escolas: Preparação de candidaturas para obras de beneficiação nos edifícios escolares de Rio Caldo e Terras de Bouro.

Transportes Escolares: Manutenção da rede de transportes públicos e realização de transportes especiais pela autarquia em zonas montanhosas ou para alunos com necessidades especiais. O Município continua a realizar os transportes que tem protocolado, nomeadamente CACI e EPATV.

Apoios Diretos aos Alunos:

- Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF), e Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).
- As crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico estão a ser apoiadas ao nível das refeições, através da redução do pagamento nos termos do Regulamento.
- Continuamos com a valência do apoio ao estudo para o 2º e 3º ciclos de ensino, durante os períodos letivos.
- Bolsas de estudo para o Ensino Superior e prémios de mérito escolar.
- **Projetos Pedagógicos:** Implementação dos projetos "Literacia no Cávado", "Hypatiamat", plataforma "+ Cidadania" e programas de literacia digital e robótica.

- **ATL e Férias:** Promoção de oficinas de trabalho nas pausas letivas com atividades lúdicas e culturais (piscinas, museus, passeios de barco).
- O Município ofereceu o **manual e o respetivo livro de fichas de Inglês**, como Oferta Complementar, aos alunos que frequentaram o 1.º e 2.º anos de escolaridade, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar.
- O Município ofereceu também os livros de **fichas complementares aos manuais escolares a todos os alunos que frequentem o 1º Ciclo**, bem com, materiais didáticos e pedagógicos, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social. Prosseguiremos com as atividades desenvolvidas com a comunidade escolar.
- A abertura da **piscina** à comunidade escolar mantém-se, assim como o apoio para o desporto escolar, nomeadamente com o transporte.

Modernização tecnológica da rede cultural e preparação da implementação da **Biblioteca Itinerante**.

O Município continuou a apoiar a **Escola de Música de Terras de Bouro** em funcionamento em Moimenta, em Rio Caldo, prevendo-se o aumento da oferta formativa, assim como a mudança de instalações no ano de 2026.

O Município foi um parceiro de excelência no cumprimento e realização do Plano Anual de Atividades do AETB (ex.: São Martinho, Festa de Natal, Carnaval, Dia Mundial da Criança, Dia Mundial do Ambiente, Associação de Estudantes, etc.).

De referir também que o Município foi parceiro ou promotor de vários projetos e programas destinados a crianças e jovens, tais como:

- **Plataforma + Cidadania:** Projeto intermunicipal centrado no desenvolvimento dos níveis de cidadania participativa em crianças que frequentaram o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Com recurso a tecnologias digitais, este projeto promoveu a participação e a cidadania, com vista ao desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores que ajudaram esses alunos a desempenhar um papel ativo na sociedade.
- **Ferramenta Ensinar e Aprender Português:** Disponibilizaram-se recursos tecnológicos para o ensino do português e para o apoio e recuperação de aprendizagens, dirigidos aos alunos do 1.º Ciclo.
- **Dinamização de ações de sensibilização ambiental:** Desenvolveram-se ações de conservação da natureza junto da comunidade escolar, realizadas no coração do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

- **Projeto "Literacia no Cávado":** Consistiu na implementação e dinamização do recurso tecnológico para Ensinar e Aprender Português e na aplicação do recurso educativo digital "Hypatiamat", no âmbito do ensino da disciplina de Matemática.
- **AQUA Cávado: o rio que nos une:** A Agência da Energia do Cávado promoveu esta iniciativa em parceria com outras entidades, nomeadamente o Município de Terras de Bouro e a CIM Cávado. O programa foi composto por diversas ações, cujo mote foi a conservação e valorização dos recursos naturais e o combate à escassez da água.
- **5 ao Dia:** O Programa "5 ao Dia" visou promover o consumo diário de, pelo menos, 5 porções de frutas e hortícolas, de forma a potenciar uma alimentação saudável. Este programa permitiu que as crianças do 1.º ciclo visitassem o Mercado Abastecedor da Região de Braga para o desenvolvimento de várias atividades promotoras de bons hábitos alimentares.
- **Regime da Fruta Escolar:** Esta iniciativa de âmbito europeu pretendeu promover a prática de uma alimentação saudável através da distribuição de uma peça hortofrutícola, nas refeições intercalares, 2 vezes por semana, aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo. O programa foi gerido e financiado pelo Ministério da Agricultura, envolvendo ainda os Ministérios da Educação e da Saúde.
- **Programa de Competências de Robótica e STEAM:** Programa longitudinal, que acompanha as crianças ao longo dos 4 anos do 1º Ciclo do Ensino Básico e pretende desenvolver competências sociais e emocionais, de forma a promover a saúde mental e o ajustamento psicológico comportamentos positivos e saudáveis nas crianças, através do reforço dos fatores de proteção, envolvendo os agentes educativos (professores e famílias) neste processo.
- **Programa de Competências Essenciais e Comportamentais - "Crescer a Brincar":** Programa dirigido a crianças e jovens do ensino básico, através da dinamização de Oficinas e/ou Clubes de Programação e Robótica em contexto de sala de aula, com recurso a kits de robótica.
- **Programa ColorAdd nas Escolas – Associação ColorAdd:** Este programa materializa-se no desenvolvimento de um conjunto de ações pensadas para promover escolas inclusivas para todos, prevenindo situações de bullying e de vulnerabilidade.
- **Projeto Educação Intercultural no Cávado (FAMI) – RITTMA:** Projeto que visa à promoção de uma sociedade mais coesa e mais inclusiva, promotora de uma interculturalidade saudável e da boa integração nacional e participação ativa de Nacionais de Países Terceiros, em particular dos estudantes e suas famílias.

O Município avançou com a execução do **Plano de Intervenção de Prevenção do Sucesso Escolar (PIPSE)** que se focou na promoção de literacias nucleares, abrangendo áreas fundamentais como a Literacia Matemática e a Literacia Digital e Robótica. Além das competências técnicas, o plano dedicou-se ao desenvolvimento de competências transversais nos alunos, visando uma formação integral que facilitasse o seu percurso educativo. Esta iniciativa complementou outros investimentos municipais na educação, como o apoio ao estudo para o 2.º e 3.º ciclos e o fomento de cursos de formação profissional em parceria com entidades como a EPATV e o IIEFP.

O Município também realizou o **transporte de alunos com necessidades educativas especiais**, devidamente identificados pelo AETB, serviço que manteve em funcionamento.

As **crianças do Ensino Pré-Escolar (EPE)** foram apoiadas ao nível das refeições e ao nível das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). As AAAF destinaram-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades. Para o efeito, a Câmara Municipal de Terras de Bouro promoveu diretamente estas atividades ou celebrou protocolos de colaboração com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho.

A Câmara Municipal continuou a promover a **Componente de Apoio à Família (CAF)** diariamente depois da componente curricular. Esta resposta resultou num extraordinário apoio às famílias das crianças do 1º Ciclo de ensino.

Foi dado seguimento ao projeto **“O Dia do Jovem Autarca”**, em colaboração com o Agrupamento de Escolas.

As crianças do **1º Ciclo do Ensino Básico** foram apoiadas ao nível das refeições, através da redução do pagamento nos termos do Regulamento.

Organizaram-se e apoiaram-se diversos **eventos de relevo**, nomeadamente o Gerês *GranFondo*, o Gerês *Trail Adventure*, o Gerês *Marathon*, o *Ultra Trail da Geira*, o Troféu de Orientação do Minho, a Taça de Portugal de Enduro BTT, o *Rally Sipiirit* e o *Trail Running*.

No âmbito da **Juventude**, Terras de Bouro faz parte do projeto *Erasmus+ Cávado Youth Goals*, uma iniciativa financiada pelo Programa Erasmus+, que reforça o compromisso da região do Cávado com a participação jovem e o desenvolvimento de políticas de juventude mais inclusivas, sustentáveis e alinhadas com a Estratégia Europeia para a Juventude 2019-2027.

Consiste num ciclo de seis ações, nos vários municípios do Cávado, integradas na programação oficial da Semana Europeia da Juventude 2026, uma iniciativa da Comissão Europeia que se realiza de dois em dois anos com o objetivo de celebrar, envolver e dar voz à juventude europeia.

O projeto *Erasmus+ Cávado Youth Goals* afirma-se, assim, como uma plataforma viva de diálogo e ação, onde a participação jovem ganha espaço, forma e consequência.

Agricultura, Valorização do Território e Formação

Jornadas Ibéricas de Segurança em Atividades de Pedestrianismo: Encontro focado na segurança e gestão de risco nos trilhos do Parque Nacional. Somos o destino de natureza por excelência em Portugal e assumimos a **responsabilidade política da segurança**. Investir no conhecimento técnico é garantir que o nosso desenvolvimento turístico é sustentável e de confiança para quem nos visita.

Apoio a 100% à sanidade animal, combate à vespa asiática e controlo de espécies invasoras lenhosas.

Apoiou-se a abertura e conservação de **caminhos agrícolas ou de consortes e regadios**;

Reforçou-se o **apoio médico veterinário**;

Garantiu-se o funcionamento da equipa de **extinção da vespa asiática**.

Concluindo, o ano de 2025 constituiu-se como um marco na afirmação de Terras de Bouro como um concelho que, perante uma realidade socioeconómica complexa, soube responder com uma gestão de **rigor absoluto e ambição estratégica**. Este Executivo não se limitou a gerir o quotidiano; transformou desafios estruturais em oportunidades de desenvolvimento, pautando a sua ação pela eficiência na utilização dos recursos públicos e pela proximidade constante às populações. O crescimento do orçamento municipal, que atingiu os **26,6 milhões de euros**, graças à capacidade extraordinária de captação de fundos, é o reflexo de uma administração competente que trabalha para dotar o território de infraestruturas modernas e serviços à população de excelência.

Uma governação que uniu o rigor das contas à sensibilidade social, provando que Terras de Bouro está hoje mais coeso, mais moderno e mais preparado para os desafios do futuro.

Encerramos 2025 com o sentimento de dever cumprido.

CAPÍTULO II – Relatório de Gestão

1. Introdução e Enquadramento Normativo

O presente relatório é elaborado em conformidade com o **Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)**. Este referencial visa assegurar não apenas o cumprimento legal, mas também a harmonização, transparência e credibilidade das contas públicas, facilitando a sua comparabilidade a nível nacional e internacional.

O SNC-AP estrutura-se em três subsistemas fundamentais:

- **Contabilidade Orçamental:** Regista detalhadamente todas as etapas do ciclo orçamental.
- **Contabilidade Financeira:** Baseada em normas internacionais (IPSAS), reflete a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.
- **Contabilidade de Gestão:** Destina-se à avaliação de resultados por atividades e projetos, medindo o cumprimento de políticas públicas e a eficiência dos serviços prestados.

2. Âmbito e Limitações da Prestação de Contas 2025

A Prestação de Contas do Município relativa ao exercício de **2025** foi preparada de acordo com o SNC-AP, em vigor para as Autarquias Locais desde 1 de janeiro de 2020.

Nota de Exceção: Devido à complexidade técnica e à necessidade de uma reorganização transversal de toda a estrutura administrativa, o subsistema de **Contabilidade de Gestão** ainda não se encontra plenamente implementado. Por conseguinte, o presente relatório não inclui dados relativos a este subsistema.

Todos os procedimentos e registos contabilísticos aqui apresentados respeitam estritamente o enquadramento jurídico da administração local, garantindo que os atos de gestão financeira obedecem aos princípios de legalidade e rigor económico.

3. Objetivos do Relatório

Este documento visa atingir os seguintes objetivos estratégicos:

1. **Monitorização da Execução:** Demonstrar os níveis de execução orçamental face ao desempenho financeiro municipal.
2. **Transparência Patrimonial:** Proporcionar uma imagem fiel da posição económica, financeira e dos fluxos de caixa do Município.
3. **Rigor Estatístico:** Disponibilizar informação fiável para entidades externas e para a consolidação de contas no âmbito do sistema europeu de contas nacionais e regionais.
4. **Controlo e Eficiência:** Reforçar o controlo da legalidade, economia, eficiência e eficácia na aplicação dos dinheiros públicos.

4. Metodologia de Análise e Auditoria

Para facilitar a análise financeira e patrimonial numa perspetiva dinâmica, foram integrados mapas e quadros que detalham as variações de dotações e disponibilidades.

As contas do Município foram devidamente submetidas a auditoria por **Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (sROC)**, assegurando a validação externa da informação apresentada.

Nota Técnica: Salvo indicação em contrário, todos os valores constantes nos mapas e quadros anexos estão expressos em **Euros**.

5. Análise orçamental

No exercício económico de **2025**, a receita cobrada líquida totalizou **20.169.817 €**, o que representa um crescimento de **1.484.722 €** face à receita cobrada líquida no período homólogo de 2024.

A tabela seguinte detalha a performance orçamental, comparando as previsões iniciais e corrigidas com a execução efetiva (bruta e líquida).

Tabela 1 - Receita

RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas Brutas	Receitas Cobradas Líquidas	% Execução
Receita Efetiva					
Impostos diretos	1 061 329,00	1 063 529,00	1 524 324,26	1 513 393,14	142,30%
Taxas, multas e o. penalidades	237 641,00	237 641,00	407 010,15	394 371,43	165,95%
Rendimento de propriedade	530 061,00	530 061,00	546 681,84	540 965,72	102,06%

RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas Brutas	Receitas Cobradas Líquidas	% Execução
Transferências correntes	9 509 106,00	10 823 471,00	10 865 544,11	10 406 172,69	96,14%
Vendas e prestação de serviços	741 192,00	741 192,00	868 509,51	865 055,20	116,71%
Outras receitas	2 833,00	2 833,00	9 456,70	9 456,70	333,81%
Total Receitas Correntes	12 082 162,00	13 398 727,00	14 221 526,57	13 729 414,88	102,47%
Venda de bens	1 250,00	1 250,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências capital	2 986 244,00	5 979 348,00	6 785 419,97	2 660 053,67	44,49%
O. receitas de capital	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00%
Total Receita de Capital	2 987 594,00	5 980 698,00	6 785 419,97	2 660 053,67	44,48%
Total da Receita Efetiva	15 069 756,00	19 379 425,00	21 006 946,54	16 389 468,55	84,57%
Receita não Efetiva					
Ativos Financeiros	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1 950 100,00	3 800 100,00	317 500,01	317 500,01	8,36%
Total Receita não Efetiva	1 950 200,00	3 800 200,00	317 500,01	317 500,01	8,35%
OUTRAS RECEITAS					
Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	100,00	1 907,06	1 907,06	1907,06%
Saldo da gerência anterior	0,00	3 460 941,00	3 460 941,00	3 460 941,00	100,00%
Total Outras Receitas	100,00	3 461 041,00	3 462 848,06	3 462 848,06	100,05%
TOTAL GERAL	17 020 056,00	26 640 666,00	24 787 294,61	20 169 816,62	75,71%

Da análise dos dados supracitados, destacam-se os seguintes pontos:

- **Execução Global:** O orçamento da receita atingiu uma taxa de execução global de **75,71%** (receita cobrada líquida).
- **Receita Corrente:** Apresentou uma performance sólida com uma taxa de execução de **102,47%**. Este resultado reflete a prudência e o rigor nas estimativas iniciais, evitando o empolamento de expectativas de receita. No seio destas, as "Vendas e Prestação de Serviços" superaram o previsto em **16,7%** (+123.863 €).
- **Receita de Capital:** Registrou uma execução de **44,48%**. Este valor justifica-se pelo facto de várias candidaturas a fundos comunitários terem sido aprovadas recentemente, sendo que o respetivo fluxo financeiro ocorrerá apenas de forma faseada, acompanhando a execução física das obras.
- **Receita Não Efetiva:** A taxa de execução de **8,35%** (fixando-se em 317.500 €) deve-se ao atraso em investimentos estruturantes. A necessidade legal de rever projetos e atualizar orçamentos face à conjuntura atual provocou derrapagens no calendário de execução física e, conseqüentemente, na utilização dos empréstimos previstos.

- **Destaque Positivo:** As rubricas de "Impostos Diretos" e "Taxas e Multas" registaram cobranças significativamente acima do orçamentado, contribuindo para a estabilidade da receita efetiva.

Ao nível das despesas a tabela seguinte apresenta a decomposição da despesa inicialmente orçamentada, corrigida e paga, em 2025, por grandes grupos de classificação económica:

Tabela 2 - Despesa

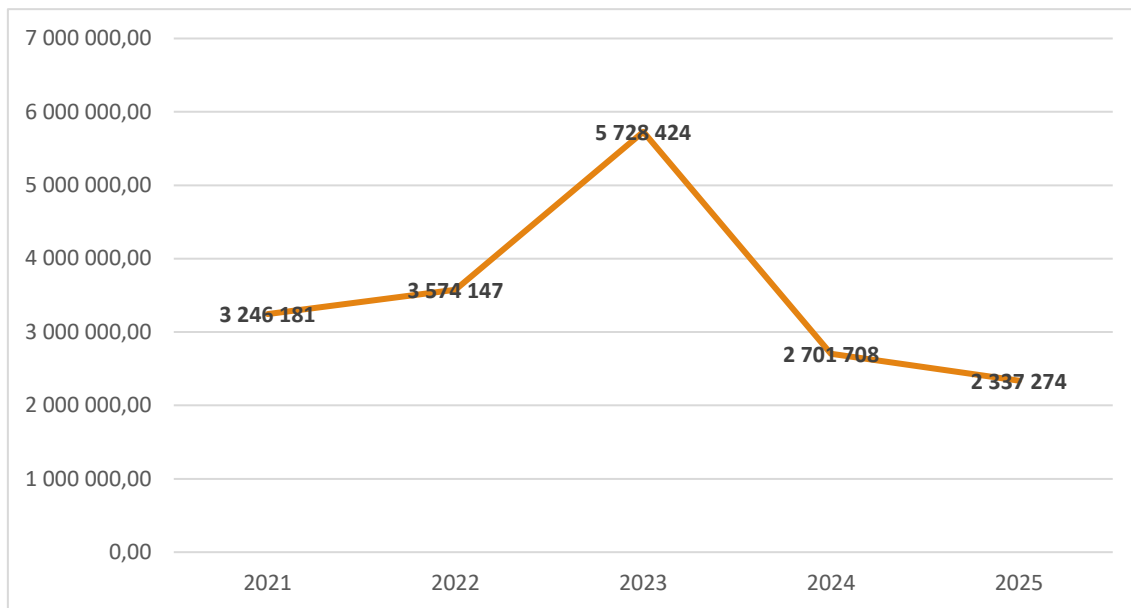
Rúbrica	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Despesas pagas	% Execução
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	7 124 930,00	7 049 299,00	6 910 938,30	98,04%
Aquisição de bens e serviços	3 293 687,00	4 416 559,00	3 729 763,82	84,45%
Juros e outros encargos	261 200,00	158 370,00	157 459,22	99,42%
Transferências correntes	557 350,00	836 380,00	799 234,68	95,56%
Subsídios	50 100,00	24 260,00	24 153,40	99,56%
Outras despesas correntes	152 600,00	197 400,00	176 810,33	89,57%
Total Despesas Correntes	11 439 867,00	12 682 268,00	11 798 359,75	93,03%
Aquisição de Bens de investimento	4 765 662,00	12 407 871,00	2 337 274,13	18,84%
Transferências de capital	403 427,00	1 081 027,00	1 031 670,80	95,43%
O. Despesas de capital	1 000,00			
Total Despesa de Capital	5 170 089,00	13 488 898,00	3 368 944,93	24,98%
Total Despesa Efetiva	16 609 956,00	26 171 166,00	15 167 304,68	57,95%
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros				
Passivos financeiros	410 100,00	469 500,00	467 912,52	99,66%
Total despesa não efetiva	410 100,00	469 500,00	467 912,52	99,66%
Total Geral	17 020 056,00	26 640 666,00	15 635 217,20	58,69%

O total da despesa apresenta uma taxa de execução de 58,69%, correspondendo a € 15.635.217 de despesa paga.

A despesa corrente paga apresenta uma taxa de execução de 93,03%, em consonância com as taxas de execução da generalidade das rubricas deste capítulo que apresentam taxas de execução superiores a 90%, com exceção da rubrica de Aquisição de Bens e Serviços cujo taxa de execução se fixou em 84,45%.

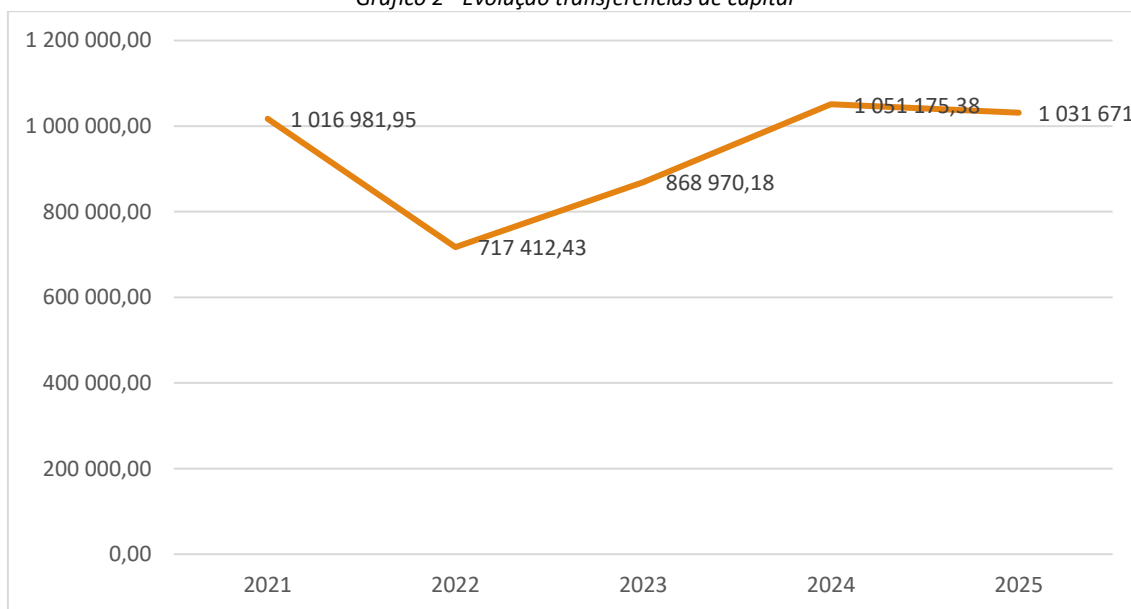
Ao nível das despesas de capital pagas registou-se uma taxa de execução de 24,98%, situação que se encontra intrinsecamente ligada à aprovação tardia dos financiamentos comunitários conjugada com a necessidade de revisão de projetos. O montante pago com Aquisição de Bens de Investimento fixou-se em € 2.337.274.

Gráfico 1 - Evolução do Investimento



Para além do investimento direto realizado pela Câmara Municipal, é fundamental contabilizar o apoio indireto ao desenvolvimento local. As **transferências de capital** destinadas a Juntas de Freguesia, Associações e Centros Sociais atingiram os **1.031.671 €**, garantindo a continuidade de investimentos descentralizados.

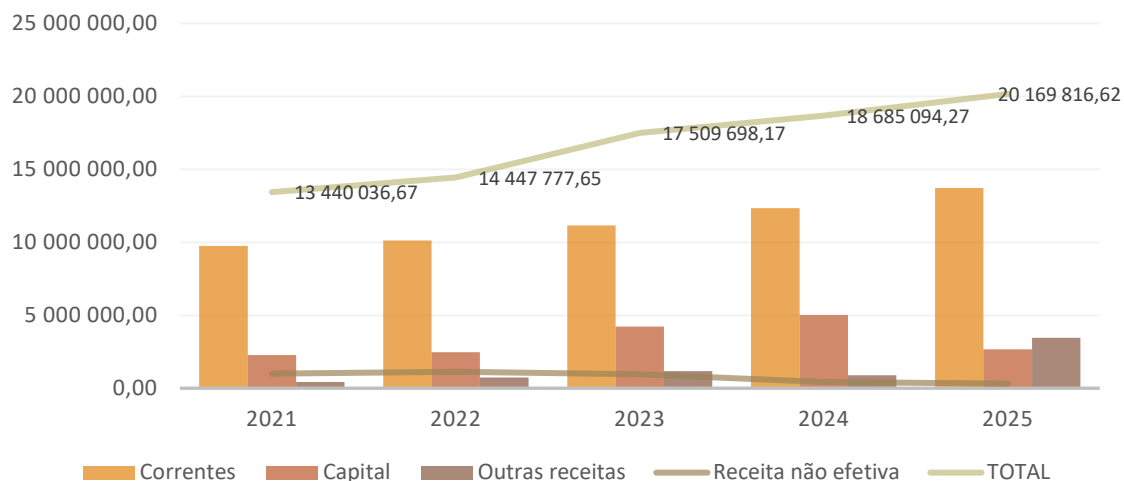
Gráfico 2 - Evolução transferências de capital



5.1. Receita

Apresenta-se, no gráfico que se segue, a evolução da receita cobrada líquida nos últimos 5 anos.

Gráfico 3 - Evolução da Receita



Verifica-se um, constante e sustentado, crescimento das receitas correntes, destacando-se que, comparativamente com o ano de 2021 o volume das receitas correntes cobradas líquidas aumentou cerca de 3,985 milhões de euros.

No que diz respeito às receitas de capital verifica-se um decréscimo, relativamente ao ano anterior de 46,97%, facto que se deve, ao encerramento do quadro comunitário PT 2020 e início da vigência do PT2030.

Comparando com o ano de 2024, as receitas cobradas líquidas apresentam um crescimento global de 7,95%. As receitas correntes apresentam um aumento de 11,15%.

5.1.1. Receita própria

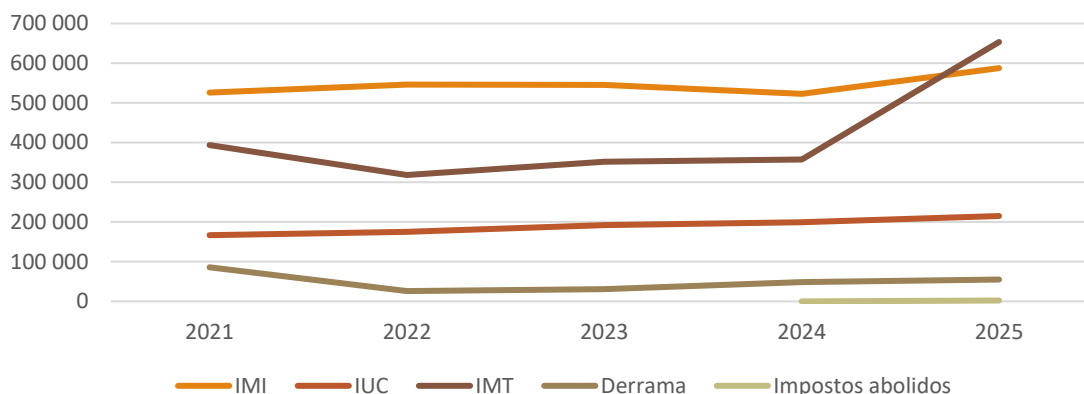
As receitas próprias apresentaram em 2025, um valor global cobrado de € 3.323.242 o que representa um aumento de 24,40% comparativamente com o ano de 2024.

As rubricas de Impostos Diretos e de Taxas, Multas e Outras Penalidades são aquelas que apresentam o maior aumento relativo, 40,53% e 40,91%, respetivamente.

Em termos brutos as receitas próprias da autarquia aumentaram € 651.744.

Ao nível dos **Impostos Diretos** verificam-se aumentos em todas as rubricas, destacando-se o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (IMT) que apresenta um aumento de 82,97%.

Gráfico 4 - Impostos diretos

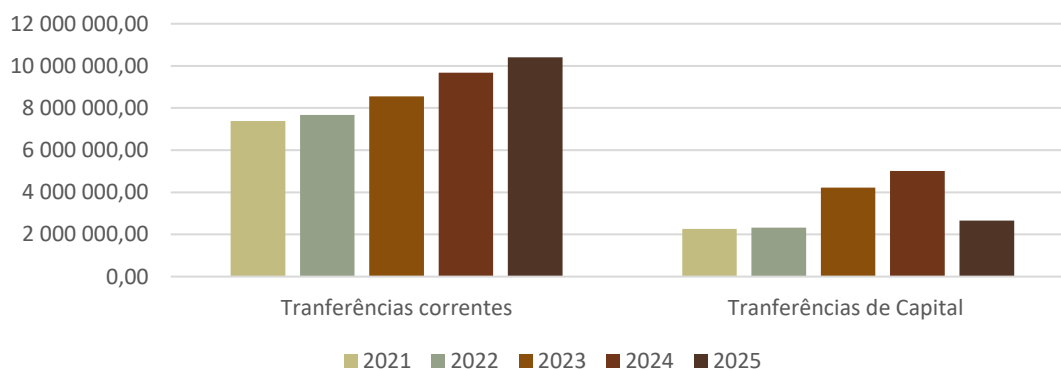


5.1.2. Transferências obtidas

As transferências obtidas, em 2025, atingiram os € 13.066.226 (líquidas de reembolsos e restituições), o que representa um decréscimo, comparativamente com o ano de 2024 de 11,09%. Este decréscimo justifica-se pela arrecadação, em 2024, de receitas associadas aos protocolos e contrato-programa celebrados com a Administração Central, o que não se verificou em 2025.

As transferências correntes registaram em 2025, um acréscimo da receita cobrada de € 721.009, e as transferências de capital registaram um decréscimo de € 2.350.959.

Gráfico 5 - Transferências obtidas



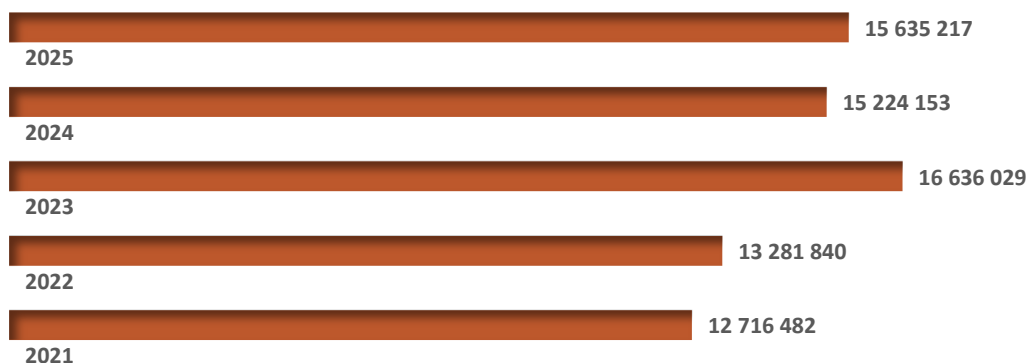
5.1.3. Financiamento bancário

No decurso do de 2025, o Município utilizou € 317.500, dos empréstimos contratualizados junto da banca comercial, para financiamento de projetos em curso.

5.2. Despesa

A despesa paga líquida atingiu, em 2025, € **15.635.217**, correspondendo a uma execução de 58,69% dos recursos orçamentados.

Gráfico 6 - Evolução da despesa



Da análise do gráfico supra é possível concluir que a despesa paga aumentou significativamente nos últimos anos, obtendo a sua maior expressão no ano de 2023, onde foram pagos € 16.636.029 de despesa. No ano de 2025 verifica-se, também, um assinalável volume de despesa paga: € **15.635.217**.

De seguida apresenta-se uma tabela resumo com as dotações corrigidas, os compromissos assumidos, as obrigações e a despesa paga, em função dos grandes capítulos da despesa pública.

Tabela 3 - Despesa

	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	7 049 299,00	7 029 563,08	7 007 710,63	6 910 938,30
Aquisição de bens e serviços	4 416 559,00	4 297 818,61	3 736 714,00	3 729 763,82
Juros e outros encargos	158 370,00	158 136,13	157 459,22	157 459,22
Transferências correntes	836 380,00	822 401,17	804 277,99	799 234,68
Subsídios	24 260,00	24 153,40	24 153,40	24 153,40
Outras despesas correntes	197 400,00	193 358,69	176 810,33	176 810,33
Total Despesas Correntes	12 682 268,00	12 525 431,08	11 907 125,57	11 798 359,75
Aquisição Bens de investimento	12 407 871,00	5 863 296,97	2 337 274,13	2 337 274,13
Transferências de capital	1 081 027,00	1 080 406,33	1 080 406,33	1 031 670,80
Outras Despesas de capital				
Total Despesa de Capital	13 488 898,00	6 943 703,30	3 417 680,46	3 368 944,93
Total Despesa Efetiva	26 171 166,00	19 469 134,38	15 324 806,03	15 167 304,68
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros				
Passivos financeiros	469 500,00	469 023,21	467 912,52	467 912,52
Total despesa não efetiva	469 500,00	469 023,21	467 912,52	467 912,52
Total Geral	26 640 666,00	19 938 157,59	15 792 718,55	15 635 217,20

Também se conclui que da diferença entre as obrigações e a despesa paga resulta um saldo de obrigações que transitaram para o ano de 2026 no montante de € 157.501,35.

5.2.1. Despesa efetiva – despesa corrente e despesa de capital

A despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 93,03%, correspondentes a € 11.798.360 de despesa paga, enquanto a despesa de capital apresenta uma taxa de 24,98%, a que correspondente pagamentos efetuados de € 3.368.945.

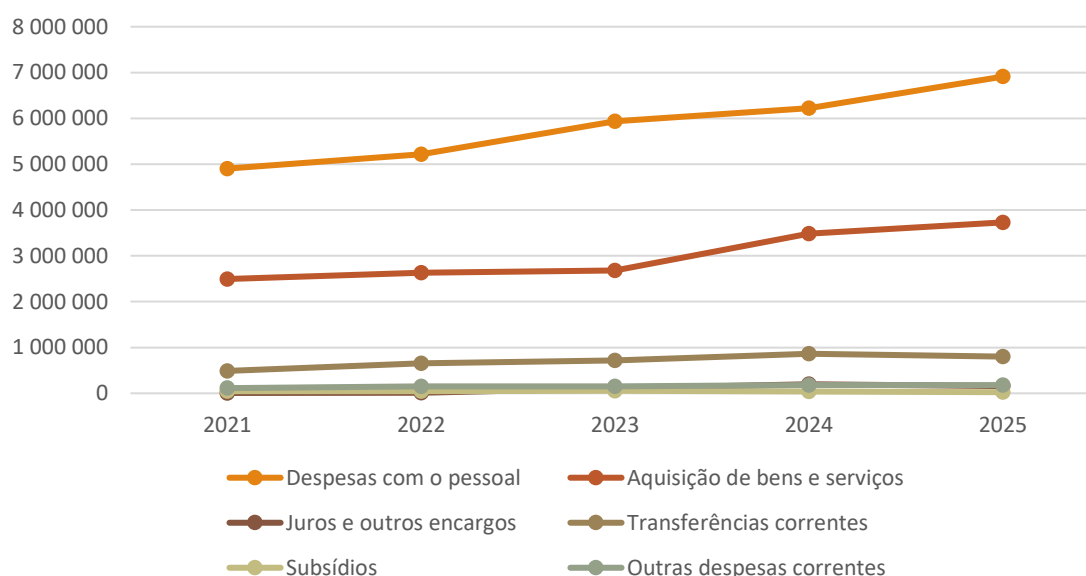
Tabela 4 - Despesa efetiva

Despesa Efetiva	2024	2025	variação	
Despesas com o pessoal	6 220 169	6 910 938	690 769	11,11%
Aquisição de bens e serviços	3 484 007	3 729 764	245 756	7,05%
Juros e outros encargos	197 854	157 459	-40 395	-20,42%
Transferências correntes	863 238	799 235	-64 003	-7,41%
Subsídios	39 093	24 153	-14 939	-38,21%
Outras despesas correntes	180 900	176 810	-4 090	-2,26%
Total Despesas Correntes	10 985 261	11 798 360	813 098	7,40%
Aquisição Bens de investimento	2 701 708	2 337 274	-364 434	-13,49%
Transferências de capital	1 051 175	1 031 671	-19 505	-1,86%
O. Despesas de capital				
Total Despesa de Capital	3 752 884	3 368 945	-383 939	-10,23%
Total Despesa Efetiva	14 738 145	15 167 305	429 160	2,91%

Comparando com o ano de 2024 verifica-se que a despesa corrente cresceu 7,40%, enquanto a despesa de capital decresceu 10,23%. A despesa efetiva registou um aumento de 2,91%.

O aumento registado nas despesas com o pessoal está relacionado com os aumentos generalizados dos vencimentos do funcionários, bem como, com as alterações de posicionamento remuneratório quer em função da antiguidade, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, quer em função da aplicação do SIADAP.

Gráfico 7 - Evolução das despesas correntes

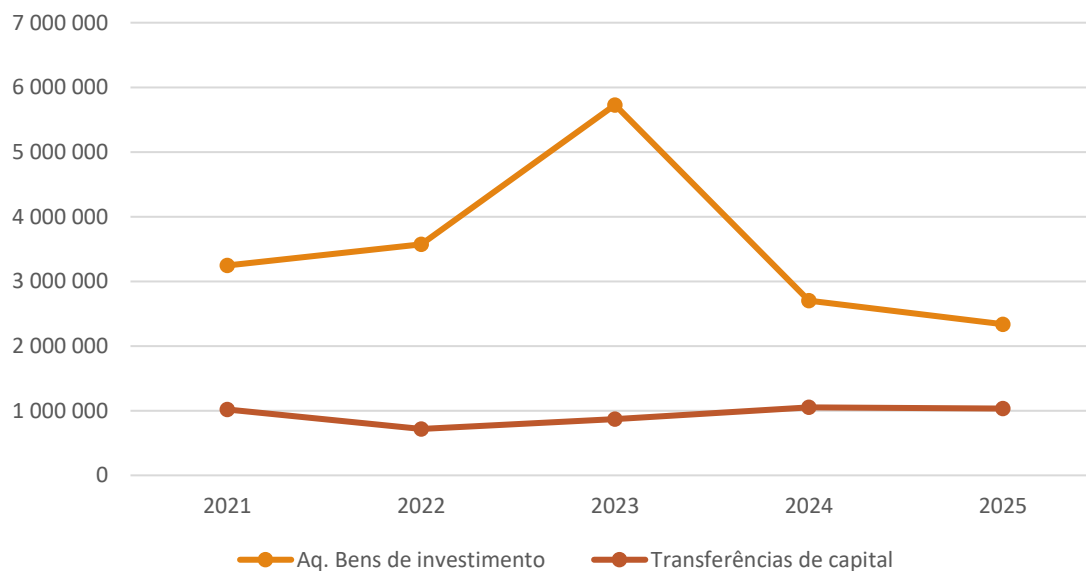


Ao nível das despesas de capital, verifica-se um decréscimo na rubrica de Aquisição de Bens de Investimento que está relacionado com o encerramento dos projetos do Portugal 2020 e o

atraso no arranque dos financiamentos e consequente realização dos projetos associados ao Portugal 2023 e ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

As transferências de capital apresentam um ligeiro decréscimo de 1,89% relativamente a 2024.

Gráfico 8 - Evolução das despesas de capital



5.2.2. Despesa não efetiva

Ao nível da despesa não efetiva verificou-se uma taxa de execução de 99,66%, correspondentes a € 467.913, totalmente afetos à rubrica de Passivos Financeiros, que corresponde à amortização de capital de empréstimos contraídos e que será objeto de análise em capítulo próprio.

Tabela 5 - Despesa não efetiva

	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas	%.
Despesa Não Efetiva					
Ativos financeiros					
Passivos financeiros	469 500,00	469 023,21	467.912,52	467.912,52	99,66%
Total despesa não efetiva	469 500,00	469.023,21	467.912,52	467.912,52	99,66%

5.3. Resultado orçamental

Na tabela seguinte apresenta-se a receita total cobrada e a despesa total paga, nos últimos 5 anos, apurando-se, do resultado da diferença destas duas dimensões, o saldo orçamental a

incorporar no orçamento seguinte. Como resultado da execução orçamental de 2025, foram já incorporados no orçamento municipal de 2026: € 4.520.770,90. No entanto o Saldo para a Gerência seguinte, de acordo com os dados, ora, apurados é de € 4.534.599,42, pelo que, em sede de modificação orçamental haverá, ainda, que integrar € 13.828,52.

Tabela 6 - Saldo da gerência anterior

Resultado orçamental	2021	2022	2023	2024	2025
Receita total cobrada	13 440 036,67	14 447 777,65	17 509 698,86	18 685 094,27	20 169 816,62
Despesa total paga	12 716 482,15	13 281 839,64	16 636 029,40	15 224 153,31	15 635 217,20
Saldo da Gerência anterior	419.037,16	723 554,52	1 165 938,01	873 669,46	3 469 751,52

Na tabela seguinte expõe-se os resultados da execução orçamental de 2025.

Apurou-se, no final do ano, uma poupança corrente de € 1.931.055 e um saldo de capital negativo de € 708.891, o que representa a canalização de receita corrente para investimento.

Tabela 7 - Resultado orçamental

Resultado orçamental	2025
Receita corrente cobrada	13 729 414,88
Despesa corrente paga	11 798 359,75
Poupança corrente	1 931 055,13
Receita de capital cobrada	2 660 053,67
Despesa de capital paga	3 368 944,93
Saldo de Capital	-708 891,26
Receita total cobrada	20 169 816,62
Despesa total paga	15 635 217,20
Saldo da Gerência anterior	3 460 940,96
Saldo Orçamental	4 534 599,42

5.4. Principais indicadores orçamentais

Tabela 8 - Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Resultado
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	0,76
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	0,59
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	1 931 055,13
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-708 891,26
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	4 842 471,15
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	4 685 011,93
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	0,8077
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	0,99

6. Análise económico-financeira

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), o relato financeiro visa, primordialmente, fornecer informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Este processo é fundamental tanto para a prestação de contas (*accountability*) como para o apoio à tomada de decisão. Mantendo a continuidade do normativo anterior (POCAL), as demonstrações foram elaboradas sob o regime do acréscimo, respeitando a estrutura concetual e as normas vigentes.

Seguidamente, apresenta-se a análise detalhada do Balanço e da Demonstração de Resultados do Município de Terras de Bouro referentes ao exercício económico de 2025.

6.1. Balanço

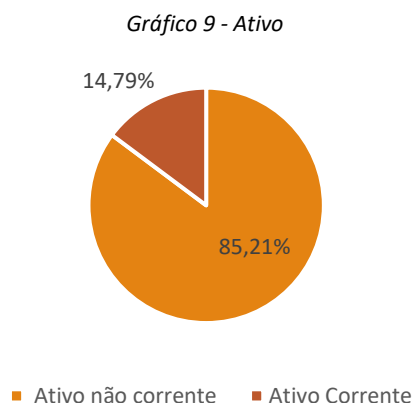
Em 31/12/2025 o Ativo do Município de Terras de Bouro ascendia a € 47.584.412 o que representa um aumento de cerca de 1,66%, comparativamente com o ano de 2024.

Tabela 9 - Ativo

RUBRICAS	DATAS		Variação (%)
	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos fixos tangíveis	36 972 824,54	37 327 611,25	-0,95
Propriedades de investimento	2 905 679,13	2 954 069,19	-1,64
Ativos intangíveis	79 474,98	53 340,96	48,99
Investimentos financeiros	583 266,20	583 266,20	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	3 822,84		100,00
Ativo não corrente	40 545 067,69	40 918 287,60	-0,91
Inventários	50 987,90	41 538,00	22,75
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	530 502,91	652 313,91	-18,67
Cientes, contribuintes e utentes	185 511,76	139 030,13	33,43
Outras contas a receber	1 300 338,74	1 148 785,63	13,19
Diferimentos	5 854,07	6 980,64	-16,14
Caixa e depósitos	4 966 149,24	3 899 242,21	27,36
Ativo Corrente	7 039 344,62	5 887 890,52	19,56
Total do ativo	47 584 412,31	46 806 178,12	1,66

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis sofreu, comparativamente com o ano de 2024, um decréscimo de 0,95%.

O Ativo Corrente representa 14,79% do total do ativo e regista um aumento de 19,56% face a



2024, em grande parte, relacionado com a arrecadação das verbas relativas aos protocolos e contrato-programa celebrados com a Administração Central, no final do ano, o que representou um acentuado aumento das disponibilidades, em posse do município, no final do ano.

No que diz respeito ao passivo municipal, o Município de Terras de Bouro encerrou o ano de 2025 com um valor de € 8.234.043, o que representa um aumento de cerca de 8,54%, em relação ao ano de 2024. O valor do passivo é constituído em 72,68% por passivo não corrente e 27,32% por passivo corrente.

Tabela 10 - Passivo

RUBRICAS	DATAS		Variação (%)
	31/12/2025	31/12/2024	
Provisões	2 023 766,97	1 519 723,89	33,17
Financiamentos obtidos	3 960 326,02	4 108 160,82	-3,60
Passivo não corrente	5 984 092,99	5 627 884,71	6,33
Fornecedores	8 464,87		100,00
Estado e outros entes públicos	97 086,19	2 503,31	3778,31
Financiamentos obtidos	372 939,37	375 517,08	-0,69
Fornecedores de investimentos	16 428,78		100,00
Outras contas a pagar	1 742 657,06	1 571 299,76	10,91
Diferimentos	12 373,82	8 823,03	40,24
Passivo Corrente	2 249 950,09	1 958 143,18	14,90
Total do passivo	8 234 043,08	7 586 027,89	8,54

Comparando com o ano de 2024 o passivo teve uma variação de 8,54% que resulta essencialmente do registo de novas provisões.

Os Fundos Próprios do município apresentaram um saldo de € 39.350.369, o que representa um aumento de 0,33% em comparação com o ano de 2024.

É também apresentado um Resultado Líquido do exercício, negativo de – 190.024, cuja análise será efetuada no capítulo da Demonstração de Resultados e nas notas às demonstrações financeiras.

Tabela 11 - Património Líquido

RUBRICAS	DATAS		Variação (%)
	31/12/2025	31/12/2024	
Património / Capital	47 260 551,23	47 260 551,23	0,00
Reservas	509 727,51	509 727,51	0,00
Resultados transitados	-26 435 418,88	-25 702 366,17	2,85
Outras variações no património líquido	18 205 533,69	17 885 290,37	1,79
Resultado líquido do período	-190 024,32	-733 052,71	-74,08
Total do Património Líquido	39 350 369,23	39 220 150,23	0,33

6.2. Demonstração de resultados

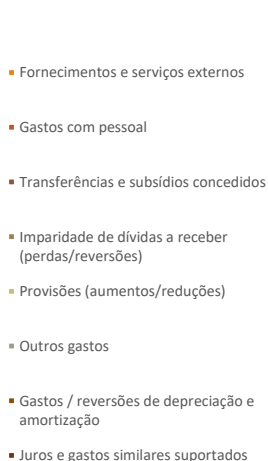
O resultado líquido de 2025 é negativo, no valor de € 190.024. O aumento verificado no Resultado Líquido está relacionado com o aumento generalizado dos rendimentos, com especial destaque para os *Impostos, contribuições e taxas, Vendas e Prestação de serviços* que aumentaram, respetivamente, 42,35%, 13,57% e 14,17%.

Os gastos de 2025 atingiram o montante de € 16.399.503, o que corresponde a um aumento de cerca de 10,13%, face ao ano de 2024.

Tabela 12 - Gastos

Gastos	2025	2024	Variação (%)
Fornecimentos e serviços externos	3 495 091,63	3 273 381,98	6,77
Gastos com pessoal	7 189 130,67	6 252 690,02	14,98
Transferências e subsídios concedidos	1 923 931,23	1 923 862,62	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	626,36		
Provisões (aumentos/reduções)	504 043,08	93 397,15	439,68
Outros gastos	276 642,97	277 498,65	-0,08
Gastos / reversões de depreciação e amortização	2 868 739,18	2 872 870,74	-0,14
Juros e gastos similares suportados	141 298,13	196 793,85	-28,20
Total	16 399 503,25	14 890 495,01	10,13

A rubrica de Gastos com o pessoal continua a ser a rubrica que apresenta maior peso relativo



na estrutura de gastos do município: 43,84%. Segue-se a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos com 21,31%.

Em termos de variação verifica-se que os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos

apresentam um aumento de cerca de 6,77% e os Juros e gastos similares uma diminuição de cerca de 28,20%.

Destaque ainda para o aumento verificado na rubrica de Provisões, cujo registo de aumento está relacionado com o processo judicial que a empresa ABB – Alexandre Barbosa Borges, S.A. intentou contra o município no âmbito de um contrato de empreitada.

Os rendimentos atingiram em 2025 o montante de € 16.209.479, o que representa um aumento de 14,49%, face ao ano de 2024.

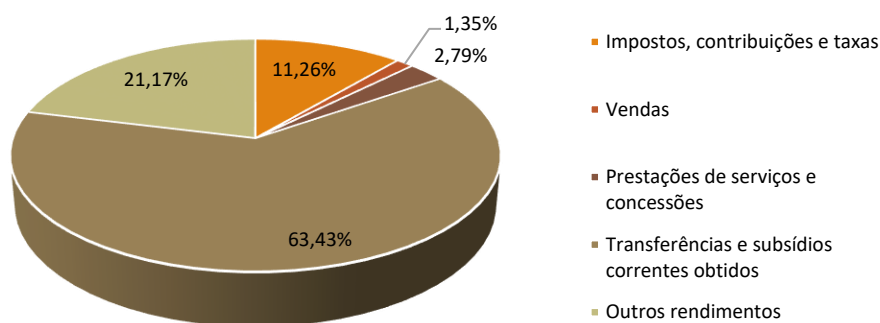
Tabela 13 - Rendimentos

Rendimentos	2025	2024	Variação (%)
Impostos, contribuições e taxas	1 825 705,78	1 282 563,82	42,35%
Vendas	218 507,21	192 393,22	13,57%
Prestações de serviços e concessões	452 814,02	396 607,48	14,17%
Transferências e subsídios correntes obtidos	10 281 613,42	9 673 376,37	6,29%
Provisões (Reduções)		42 430,17	-100,00%
Outros rendimentos	3 430 838,50	2 570 071,24	33,49%
Total	16 209 478,93	14 157 442,30	14,49%

A rubrica que continua a ter o maior peso na estrutura de rendimentos da autarquia é a de Transferências e subsídios correntes obtidos, que representa cerca de 63,43% do total de rendimentos, a qual, no ano de 2025, registou um aumento de 6,29% quando comparada com o volume deste tipo de rendimentos no ano de 2024.

Verifica-se, ao nível dos Impostos, contribuições e taxas um aumento de cerca de 42,35%, na rubrica de Vendas de 13,57% e na de Prestação de serviços, 14,17%.

Gráfico 11 - Rendimentos



6.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Tabela 14 - Indicadores financeiros

Indicador	Fórmula de cálculo	2025	2024
Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	3,129	3,003
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente	3,106	2,986
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	2.207	1,991
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	82,7%	83,8%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	4,779	5,170
Endividamento	Passivo/Ativo	0,173	0,162

6.4. Endividamento municipal

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, dispõe, no seu artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Tabela 15 - Limite da Dívida total

Enquadramento	Valores
Receita corrente líquida cobrada – 2022	10 126 176,25
Receita corrente líquida cobrada – 2023	11 153 324,28
Receita corrente líquida cobrada – 2024	12 351 610,50
(a) Média da Receita Corrente dos últimos 3 exercícios	11 210 370,34
(b) Limite da Dívida Total – 1,5 x (a)	16 815 555,52

Tabela 16 - Dívida total

Aferição da Dívida	31/12/2024	31/12/2025
--------------------	------------	------------

Total da Dívida a terceiros (incluindo não orçamentais)	4 923 007,83	4 951 092,35
Contributo (SM + AM + SEL + entidades participadas)	214 490,06	214 490,06
Dívida Total	5 137 497,89	5 165 582,41
Dívida não orçamental	431 549,40	431 549,90
Dívida Total (excluindo não orçamentais)	4 705 948,49	4 734 033,01
Margem de endividamento	12 109 607,03	12 081 522,51
Margem disponível - Lei 73/2013 – 20%	2 421 921,41	2 416 304,50
Margem disponível – OE 2024 – Art. 144.º Lei 45-A/2024 – 40%	4 843 842,81	4 832 609,00

Da análise aos mapas que antecedem verifica-se um aumento da dívida total de cerca de 0,54%.

O valor correspondente à contribuição do Setor Empresarial Local para o endividamento do município, foi o valor comunicado pelas entidades no portal SIIAL, da DGAL, até ao 4.º trimestre de 2025, sendo suscetível de sofrer alteração em função das respetivas contas.

Nota: Os valores acima apresentados incluem os empréstimos excecionados, pelo que a margem disponível é, na realidade, superior à apresentada.

7. Contabilidade de gestão

Conforme se referiu anteriormente, o processo de implementação da contabilidade de gestão na Câmara Municipal de Terras de Bouro, por vicissitudes várias, estagnou, não se encontrando reunidas as condições para a apresentação de quaisquer dados neste âmbito, sob pena de não se refletir uma imagem fiel e verdadeira das contas municipais.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2025 foi **negativo** de: **€ 190.024,32**.

Propõe-se:

- 1.º - a sua aprovação;
- 2.º - que o mesmo seja transferido para a conta 561 - Resultados Transitados.

9. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período

Não ocorreram factos dignos de registo entre 31 de dezembro de 2025 e a data da elaboração das demonstrações financeiras.

10. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Não existem dívidas em mora ao Estado, à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações, nem a qualquer outro subsistema de segurança social ou organismo público.

11. Principais pressupostos relativos ao futuro

(Envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Riscos de Mercado

(i) Risco de Taxa de Juro

A entidade mantém uma exposição estrutural ao risco de taxa de juro do Euro, decorrente da manutenção de dívida indexada a taxas variáveis. Apesar da trajetória de normalização iniciada pelas autoridades monetárias, a volatilidade dos mercados financeiros, condicionada pela persistência de pressões inflacionistas subjacentes, mantém este risco ativo. O Município monitoriza permanentemente os fluxos de caixa destinados ao serviço da dívida, de forma a mitigar o impacto de eventuais inversões na política de taxas de juro do Banco Central Europeu (BCE) sobre o seu equilíbrio orçamental.

(ii) Risco de Preço

A entidade permanece exposta à volatilidade dos preços das matérias-primas e dos serviços externos. A conjuntura internacional, caracterizada por uma reconfiguração das cadeias de abastecimento globais e pela implementação de políticas protecionistas, nomeadamente através de novas tarifas aduaneiras e barreiras comerciais por parte da administração dos Estados Unidos, agrava a incerteza quanto à estabilidade dos custos de aquisição e empreitadas, podendo condicionar o planeamento financeiro a curto e médio prazo.

Risco de Crédito

O risco de crédito decorre essencialmente dos saldos a receber de clientes, contribuintes e utentes no âmbito da atividade operacional. A estratégia de gestão de risco assenta em:

- Monitorização contínua e rigorosa das contas correntes e do perfil de cumprimento dos terceiros;
- Recurso atempado aos mecanismos legais e tributários de cobrança coerciva para assegurar a recuperação de créditos e minimizar o impacto de eventuais imparidades.

Risco de Liquidez

A gestão da liquidez visa assegurar que o Município dispõe, em permanência, de recursos financeiros para cumprir as suas obrigações sem comprometer as condições de mercado. Esta gestão foca-se em:

- Assegurar o cumprimento pontual dos compromissos perante fornecedores e credores;
- Garantir o acesso a financiamento adequado, em termos de maturidade e custo, para sustentar o plano de investimentos e a atividade municipal.

12. Contexto Geopolítico e Económico: Conflitos Internacionais e Dinâmicas Globais

A persistência dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente continua a constituir um fator de desestabilização nos mercados internacionais de energia e bens essenciais. A este cenário acresce a nova orientação política da administração norte-americana, cuja agenda protecionista e a imposição de tarifas alfandegárias generalizadas introduzem novos riscos de fragmentação económica global.

Neste enquadramento, as perspetivas de evolução da atividade do Município para 2026 são influenciadas por:

- A possível retaliação comercial e o aumento de custos de importação podem conduzir a um novo ciclo de inflação global, com repercussões diretas nos custos de funcionamento e no poder de compra local.
- A incerteza geopolítica poderá afetar a confiança dos investidores e o dinamismo económico do território concelhio.

Apesar deste contexto de complexidade acrescida, o Município mantém inalterado o seu compromisso com a transformação estratégica do território. Foca-se, prioritariamente, na execução e maximização dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e na operacionalização das candidaturas ao Portugal 2030, fundamentais para a resiliência económica local.

Impactos Previstos sobre a Atividade:

- A manutenção de taxas de juro ainda elevadas e o abrandamento do consumo interno podem impactar a arrecadação de impostos diretos (IMT, IMI, IUC), face ao potencial adiamento de decisões de investimento imobiliário e consumo das famílias.
- A monitorização das necessidades das instituições locais (IPSS e outras) é constante, prevenindo a necessidade de reforço de apoios extraordinários perante uma eventual degradação das condições sociais.
- Até ao momento, não se registam níveis de incumprimento significativos por parte dos utentes, mas a entidade permanece atenta a sinais de pressão nas tesourarias das famílias e empresas.

Concluindo, e não obstante os desafios disruptivos identificados, a análise da liquidez, da solvabilidade e do valor dos ativos permite confirmar a plena aplicação do princípio da continuidade das operações na elaboração das presentes demonstrações financeiras.

CAPÍTULO III – Organização municipal e recursos humanos

A organização do Município de Terras de Bouro assenta em duas estruturas fundamentais: a estrutura política, que é constituída pelo corpo executivo e pelo corpo deliberativo e a administrativa, na qual se enquadram os serviços municipais e o mapa de pessoal.

Estrutura Política

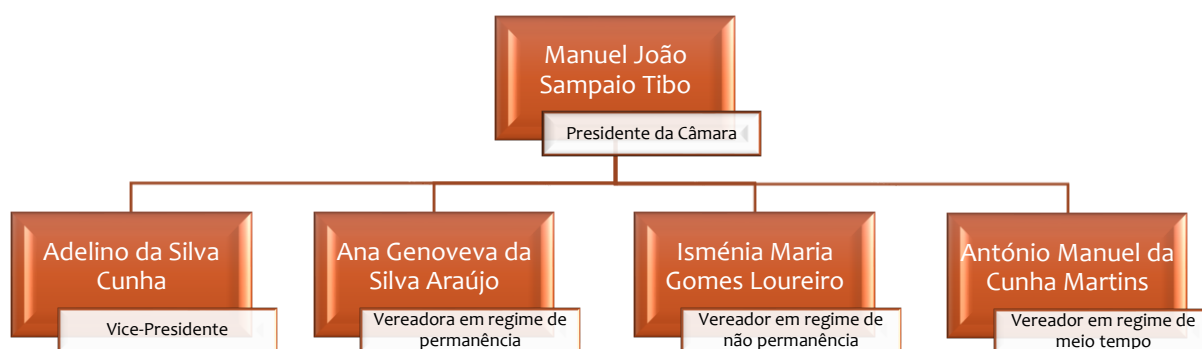
Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 5.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, na sua atual redação, os órgãos representativos do município são a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

O corpo executivo é constituído pelo conjunto de elementos que, por via da delegação de competências (da Câmara Municipal no seu presidente e deste nos seus vereadores), se encontra investido de responsabilidades na área da gestão, tendo a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas pela estrutura administrativa.

Até 2 de novembro o executivo municipal era constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exercem o mandato em regime de tempo inteiro, um, António Manuel da Cunha Martins, em regime de meio tempo e, um, Isménia Maria Gomes Loureiro, em regime de não permanência.

Estava constituído o Gabinete de Apoio à Presidência, dotado com um Chefe de Gabinete e um

Figura 1 - Estrutura política – Câmara Municipal até 2 de novembro



Adjunto, nos termos do n.º 1, do artigo 42.º do RJAL, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.

A Assembleia Municipal, órgão deliberativo do Município, foi, até 2/11/2025, constituída, nos termos do artigo 42.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por 29 membros, por força da existência de 14 juntas de freguesia e tendo presente que, “a Assembleia

Municipal é constituída por membros eleitos diretamente, em número superior ao dos presidente de junta de freguesia, que a integram”.

Os membros da Assembleia Municipal encontravam-se assim distribuídos:

- Eleitos diretamente:
 - Augusto Manuel Martins Braga (PSD);
 - Avelino José Antunes Soares (PSD);
 - Pedro Miguel Ribeiro Carvalho (PSD);
 - Elisa Lameira Antunes (PSD);
 - Vítor Manuel Abreu Fernandes (PS);
 - António Pires Oliveira (PSD);
 - Adriana Raquel Fernandes Martins (PSD);
 - Maria Manuela Soares Esteves (PSD);
 - Nelson Moisés Silva Antunes (PSD);
 - Guilherme José Coelho Alves (PS);
 - Paulo Jorge Lameira Antunes (PSD);
 - Joana Leandra Gonçalves Oliveira (PSD);
 - António Américo Afonso Caniço (PSD);
 - Rui Pedro Ferreira Gonçalves (PSD);
 - Óscar Manuel Martins Silva (CHEGA);
- Presidente de junta de Freguesia:
 - Balança: Alvim dos Santos Azevedo;
 - Campo do Gerês: João Carlos Dias da Costa;
 - Carvalheira: Aida Filipa Moreira da Silva;
 - Covide: Domingos Correia Antunes Fújaco;
 - Gondoriz: João Garcias Afonso;
 - Moimenta: Bruno Manuel Oliveira de Freitas;
 - Ribeira: António Meireles Gonçalves Marques;
 - Rio Caldo: Jacob Loureiro Alves;
 - Souto: Nuno Ricardo da Costa Marques Roupár;
 - Valdosende: Manuel Joaquim Ferreira Rodrigues;
 - Vilar da Veiga: António dos Santos Príncipe;
 - Chamoim e Vilar: Paulo Manuel Pereira Rodrigues;
 - Chorense e Monte: José Carlos Rocha Dias;
 - Cibões e Brufe: António Carlos Martins da Costa.

A mesa da Assembleia Municipal era assim constituída:

Figura 2 - Estrutura Política - Assembleia Municipal até 2 de novembro

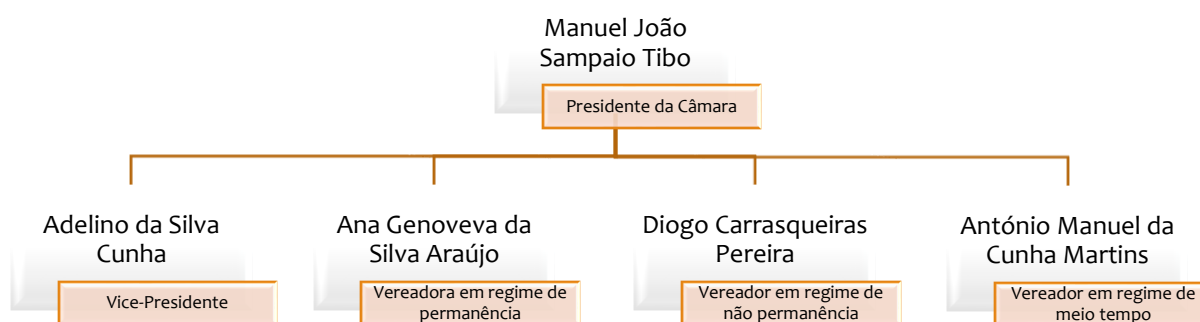


Na sequência das eleições autárquicas de 12/10/2025 verificaram-se alterações na composição quer do executivo municipal, quer na Assembleia Municipal.

Assim, o atual executivo, que tomou posse a 3 de novembro de 2025, é constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exercem o mandato em regime de tempo inteiro, um, António Manuel da Cunha Martins, em regime de meio tempo, e, um, Diogo Carrasqueiras Pereira, eleito pelo Partido Socialista, em regime de não permanência.

Encontra-se constituído o Gabinete de Apoio à Presidência, dotado com um Chefe de Gabinete,

Figura 3 - Estrutura política – Câmara Municipal



nos termos do n.º 1, do artigo 42.º do RJAL, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.

A Assembleia Municipal, órgão deliberativo do Município, é constituída, nos termos do artigo 42.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por 29 membros, por força da existência de 14 juntas de freguesia e tendo presente que, “a Assembleia Municipal é constituída

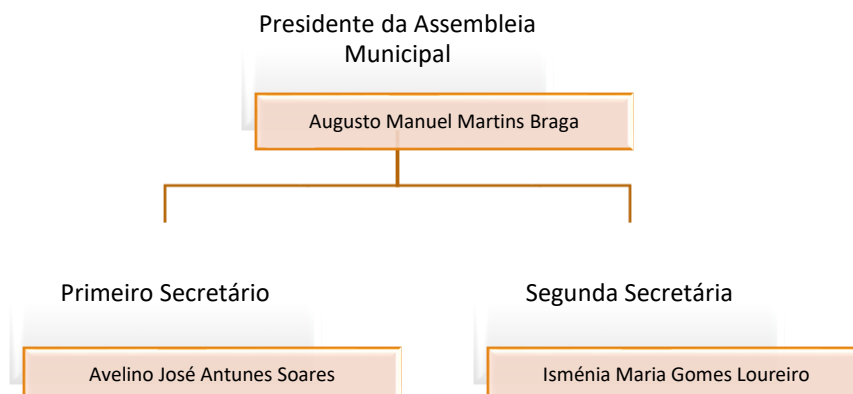
por membros eleitos diretamente, em número superior ao dos presidente de junta de freguesia, que a integram”.

Os membros da Assembleia Municipal encontram-se assim distribuídos:

- Eleitos diretamente:
 - Augusto Manuel Martins Braga (PSD);
 - Isménia Maria Gomes Loureiro (PSD);
 - Carlos Manuel Lima Antunes (PS);
 - Avelino José Antunes Soares (PSD);
 - José Carlos da Rochas Dias (PSD);
 - Elisa Lameira Antunes (PSD);
 - Filipe Manuel da Mota Pires (PS);
 - Pedro Miguel Ribeiro Carvalho (PSD);
 - António Pires Oliveira (PSD);
 - Maria José da Silva Oliveira (CHEGA);
 - Adriana Raquel Fernandes Martins (PSD);
 - Mariana Lopes Alves (PS);
 - Nelson Moisés Silva Antunes (PSD);
 - Orlando Miguel Ribeiro Teixeira (PSD);
 - Maria Manuela Soares Esteves (PSD).
- Presidente de junta de Freguesia:
 - Balança: Ricardo Jorge Ferreira da Cunha;
 - Campo do Gerês: João Carlos Dias da Costa;
 - Carvalheira: Aida Filipa Moreira da Silva;
 - Covide: Domingos Correia Antunes Fújaco;
 - Gondoriz: João Garcias Afonso;
 - Moimenta: Bruno Manuel Oliveira de Freitas;
 - Ribeira: António Meireles Gonçalves Marques;
 - Rio Caldo: Jacob Loureiro Alves;
 - Souto: Nuno Adélia Maria Soares Leite;
 - Valdosende: Adelino Manuel da Silva Dias;
 - Vilar da Veiga: António dos Santos Príncipe;
 - Chamoim e Vilar: Paulo Manuel Pereira Rodrigues;
 - Chorense e Monte: José Augusto Dias Martins;
 - Cibões e Brufe: José Maria de Araújo Martins.

A mesa da Assembleia Municipal é assim constituída:

Figura 4 - Estrutura Política - Assembleia Municipal



Estrutura Administrativa

No que diz respeito à estrutura administrativa, o Município não dispõe de Serviços Municipalizados, nem de Empresas Municipais.

Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, foi publicado no Diário da República (2.ª Série), n.º 9, de 12 de janeiro, sob o Despacho n.º 637/2018, a Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Terras de Bouro, alterada por despacho de 26 de dezembro de 2018, publicado no Diário da República (2.ª série), n.º 6, de 9 de janeiro, sob o Despacho n.º 437/2019, que prevê a existência de quatro unidades orgânicas flexíveis e catorze subunidades orgânicas flexíveis.

Regime Jurídico de Emprego Público

Em conjunto com os Documentos Previsionais para o ano de 2025, a Assembleia Municipal aprovou, em sessão ordinária de 29/11/2024, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2025, que se caracterizava, resumidamente, pelo contingente previsto na tabela que se segue:

Tabela 17 - Mapa de pessoal

Cargo Carreira	Categoria	Total	Postos de trabalho			
			Por tempo indeterminado		A termo resolutivo	
			Ocupados	Livres	Ocupados	Livres
Dirigente Intermédio de 2.º Grau		4	4			
Coordenador Municipal de Proteção Civil		1	1			
Técnico Superior	Técnico Superior	72	45	23		4
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	16	16			
Assistente Técnico	Assistente Técnico	36	33	3		
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	5	5			
Assistente Operacional	Assistente Operacional	174	110	47	10	7
Auxiliar	Mestre de tráfego fluvial	1	1			
Auxiliar	Motorista prático de tráfego fluvial	3	3			
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	2	2			
Informática	Especialista de sistemas e tecnologias de informação	1	1			
Informática	Técnico de sistemas e tecnologias de informação	6	6			
Total Câmara Municipal		321	227	73	10	11

A 31 de dezembro de 2025, o total de trabalhadores ao serviço do Município de Terras de Bouro era de 282, sendo a relação jurídica de emprego público constituída da seguinte forma:

- 268 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- 14 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo.

Verificaram-se, no decurso do ano de 2025, a cessação/suspensão da relação jurídica de emprego público, de sete trabalhadores integrados nas seguintes carreiras:

- Um Técnico Superior, por licença sem vencimento;
- Um Assistente Técnico, por aposentação;
- Cinco Assistentes Operacionais, dos quais:
 - Dois, por aposentação;
 - Três, por caducidade de contrato a termo.

O Mapa de Pessoal para 2025 apresentava em 31 de dezembro o seguinte contingente:

Tabela 18 - Mapa de pessoal - contingente a 31/12

Cargo Carreira	Categoria	Total	Postos de trabalho			
			Por tempo indeterminado		A termo resolutivo	
			Ocupados	Livres	Ocupados	Livres
Dirigente Intermédio de 2.º Grau		4	4			
Coordenador Municipal de Proteção Civil		1	1			
Técnico Superior	Técnico Superior	72	50	18	4	
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	16	14	2		
Assistente Técnico	Assistente Técnico	36	35	1		
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	5	5			
Assistente Operacional	Assistente Operacional	174	146	11	10	7
Auxiliar	Mestre de tráfego fluvial	1	1			
Auxiliar	Motorista prático de tráfego fluvial	3	3			
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	2	2			
Informática	Especialista de sistemas e tecnologias de informação	1	1			
Informática	Técnico de sistemas e tecnologias de informação	6	6			
Total Câmara Municipal		321	268	32	14	7

Dos lugares vagos apresentados existem sete postos de trabalho da carreira de técnico superior que se referem a postos de trabalho cujos titulares se encontram a exercer outras funções, a saber:

- quatro a exercer funções de Chefe de Divisão;
- um a exercer funções de Coordenador Municipal de Proteção Civil;
- dois em licença sem remuneração.

Ao nível dos Assistentes Operacionais existem dois postos de trabalho que se encontram em licença sem remuneração, conforme se pode confirmar pela tabela que se segue:

Tabela 19 - Mapa de pessoal mobilidades

Trabalhadores em Regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:	291
Trabalhador em comissão de serviço (Dirigentes + CMPC):	(5)
Trabalhador em licença sem remuneração:	(4)
Total de trabalhadores:	282

Distribuição de trabalhadores por carreira

Na análise efetuada à distribuição de trabalhadores por carreiras da Administração pública, verifica-se que a carreira que continua a concentrar mais trabalhadores é a de Assistente Operacional com 161 postos de trabalho ocupados do Mapa de Pessoal de 2025, representando 57,09% do total dos trabalhadores, em exercício de funções. Em seguida surgem as carreiras de Técnico Superior e de

Assistente Técnico com, respetivamente, 19,15% e 17,38%, o que representa um decréscimo relativo destas carreiras face ao ano transato, facto que se deve, essencialmente, à contratação, essencialmente, de assistentes operacionais.

Em termos evolutivos o Mapa de Pessoal apresentava, em 31 de dezembro, o seguinte contingente:

Gráfico 12 - Distribuição de trabalhadores por carreira

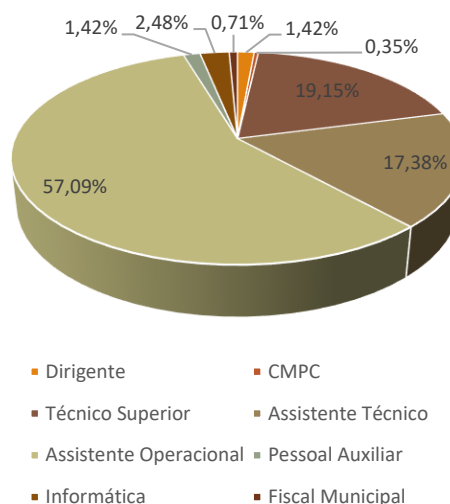


Tabela 20 - Evolução do número de trabalhadores

Carreira	2021	2022	2023	2024	2025
Dirigente	4	4	4	4	4
Coordenador Municipal de Proteção Civil	1	1	1	1	1
Técnico Superior	50	49	50	55	61
Assistente Técnico	49	43	43	47	49
Assistente Operacional	116	142	141	129	163
Pessoal Auxiliar	1	4	4	4	4
Informática	7	7	7	7	7
Fiscal Municipal	2	2	2	2	2
Total de postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal	230	252	252	249	291
Em comissão de serviço (dirigentes + CMPC)	5	5	5	5	5
Em mobilidade interna	6	0	0	5	0
Em comissão extraordinária de serviço (eleito local)	1	1	1	1	0
Em mobilidade para Órgão da Administração Local	1	0	0	0	0
Em licença sem remuneração	2	3	3	4	4
Total efetivo de trabalhadores	215	243	243	234	282

Distribuição de trabalhadores por género

O universo dos trabalhadores do município é representado maioritariamente por trabalhadores do género feminino (165), que representam 58,51% da totalidade dos trabalhadores, ao passo que os trabalhadores do género masculino (117), representam cerca de 41,49% do universo dos trabalhadores, em exercício de funções, no Município de Terras de Bouro.

Gráfico 13 - Distribuição de trabalhadores por género

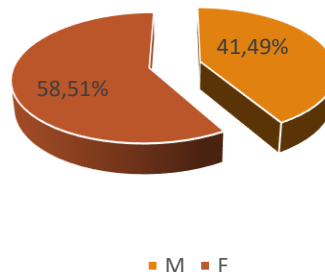
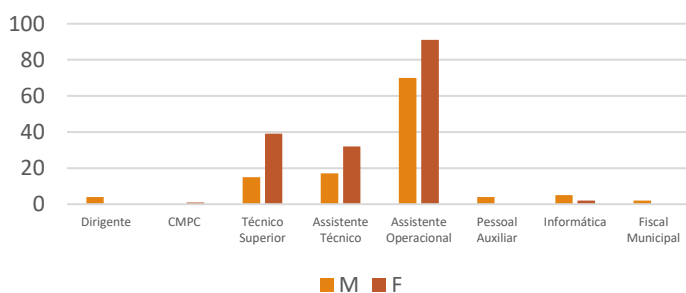


Gráfico 14 - Distribuição de trabalhadores por carreira e género



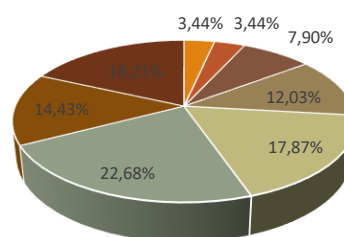
As carreiras gerais (Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional) são predominantemente ocupadas por trabalhadores do género feminino. Por outro lado, o género feminino não se encontra representado nas carreiras de Pessoal Auxiliar, Fiscal Municipal e de Dirigentes.

representado nas carreiras de Pessoal Auxiliar, Fiscal Municipal e de Dirigentes.

Distribuição de Trabalhadores por escalão etário

O gráfico demonstra, claramente, o envelhecimento do universo dos trabalhadores da autarquia. De facto, cerca de 73,20% dos trabalhadores encontram-se nos escalões etários acima dos 45 anos.

Gráfico 15 - Trabalhadores por escalão etário



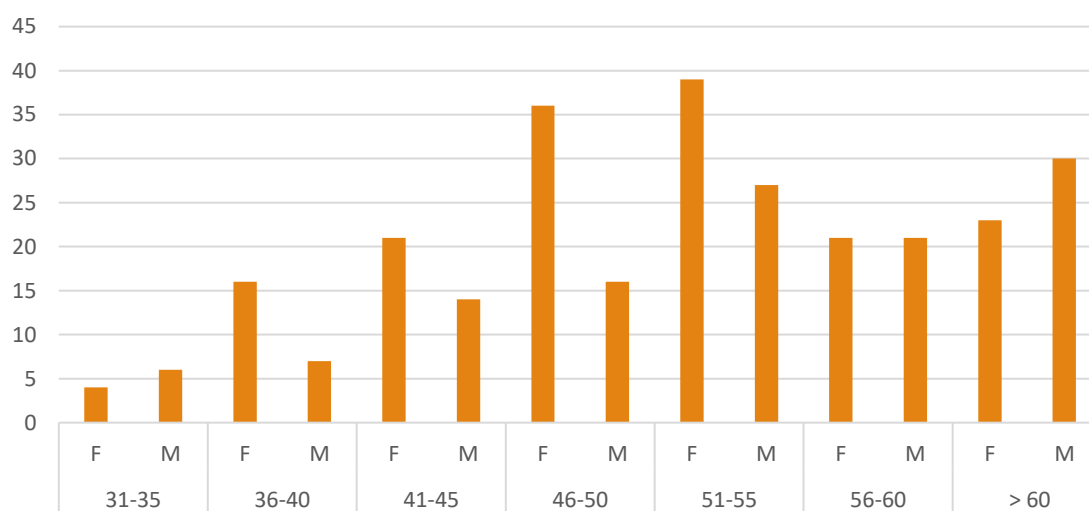
Por outro lado, o escalão etário “Até 30 anos”, apresenta, 10

trabalhadores, ao passo que no escalão “superior a 60 anos” se encontram 53 trabalhadores.

Distribuição de trabalhadores por escalão etário e género

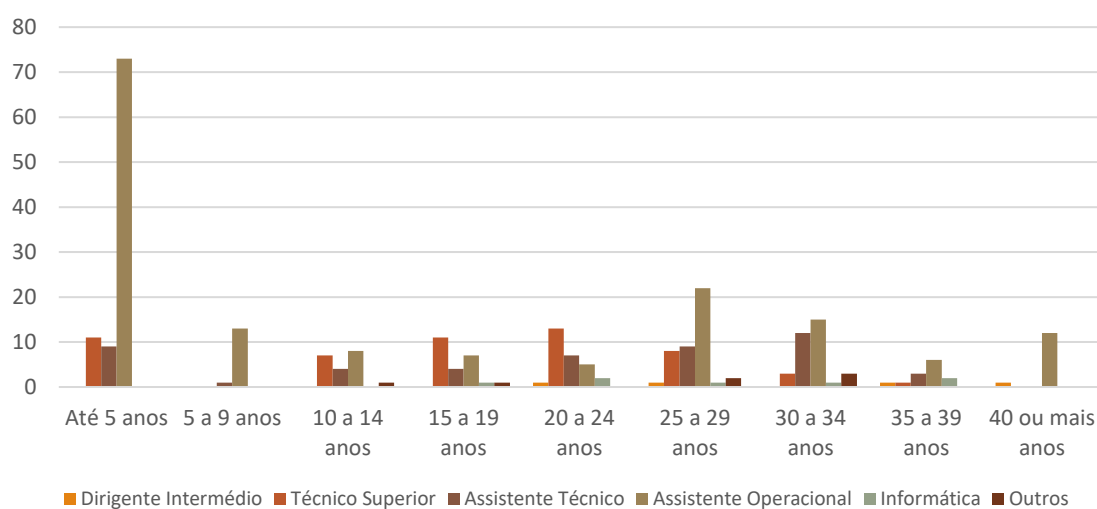
Quanto à distribuição do universo dos trabalhadores em função da idade e do género verifica-se, pela análise do gráfico, que os trabalhadores do género masculino são os que ocupam os escalões de idade superior, sendo que cerca de 71,96% dos trabalhadores, do género masculino, tem idade superior a 45 anos de idade. Por outro lado, do universo dos trabalhadores do género feminino, verifica-se que 25,35% das trabalhadoras tem idade igual ou inferior a 45 anos de idade.

Gráfico 16 - Distribuição de trabalhadores por idade e género



Distribuição de trabalhadores por antiguidade

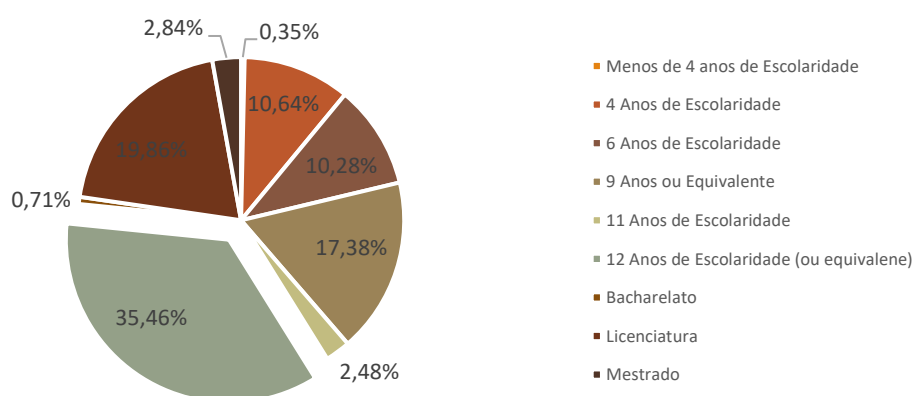
Gráfico 17 - Trabalhadores por antiguidade



Ao nível da antiguidade dos trabalhadores em exercício de funções no Município, verifica-se que os grupos de “até 5 anos de antiguidade” é maioritariamente ocupado por trabalhadores integrados na carreira de Assistente Operacional, fruto da celebração recente de novos contratos de trabalho, ao passo que o grupo entre 15 e 24 anos de antiguidade é maioritariamente ocupado por Técnicos Superiores.

Distribuição de trabalhadores por nível de escolaridade

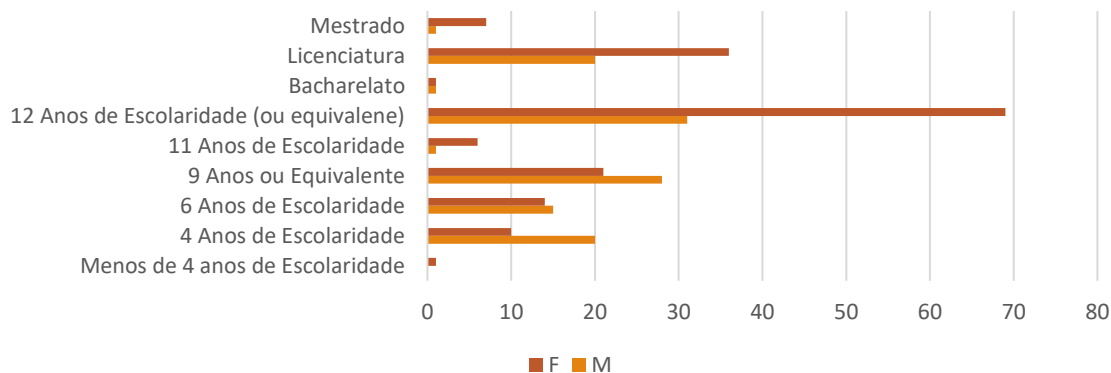
Gráfico 18 - Trabalhadores por escolaridade



Da análise ao gráfico anterior é possível concluir que:

- 35,46% do trabalhadores do Município possuem o 12.º ano de escolaridade;
- 0,35% (1 trabalhador) têm menos de 4 anos de escolaridade;
- 22,70% têm licenciatura ou superior: 56 trabalhadores com licenciatura e 8 com o grau de mestre.

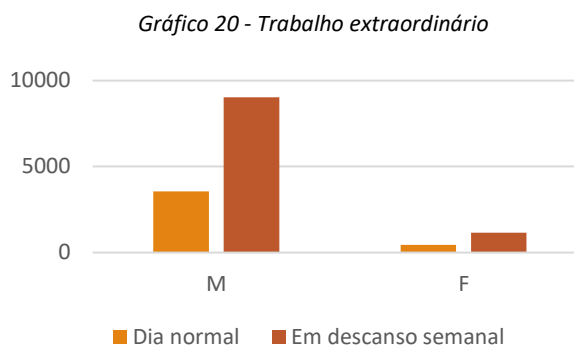
Gráfico 19 - Trabalhadores por escolaridade/género



Pode-se, também, concluir que os trabalhadores mais qualificados são do género feminino, que apresentam mais trabalhadores com os níveis de mestrado, licenciatura e 12.º ano de escolaridade.

Trabalho extraordinário

Os trabalhadores municipais realizaram, ao longo do ano de 2025, 14.176 horas de trabalho extraordinário para a acorrer a diversas situações. Este valor representa um aumento de cerca de 6,33% do número de horas de trabalho extraordinário realizado quando comparado com o exercício de 2024.



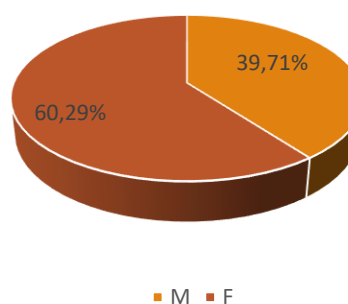
Do total de trabalho extraordinário, 88,75% foi realizado por trabalhadores do género masculino e 11,25% por trabalhadores do género feminino.

Por outro lado, 71,88% deste trabalho foi realizado em dia de descanso semanal e 28,13% em dia normal de trabalho.

Absentismo

Ao nível do absentismo registaram-se 9.268 dias de falta, participados pelos trabalhadores, o que representa um aumento de cerca de 36.21%, face ao exercício de 2024. Destas faltas 60,29% foram participadas por trabalhadores do género feminino e 39,71% por trabalhadores do género masculino, conforme se pode constatar pelo gráfico ao lado.

Gráfico 21 – Absentismo/género



Quanto ao motivo das faltas verifica-se que a maior percentagem corresponde às faltas por doença.

Gráfico 22 - Absentismo/motivo

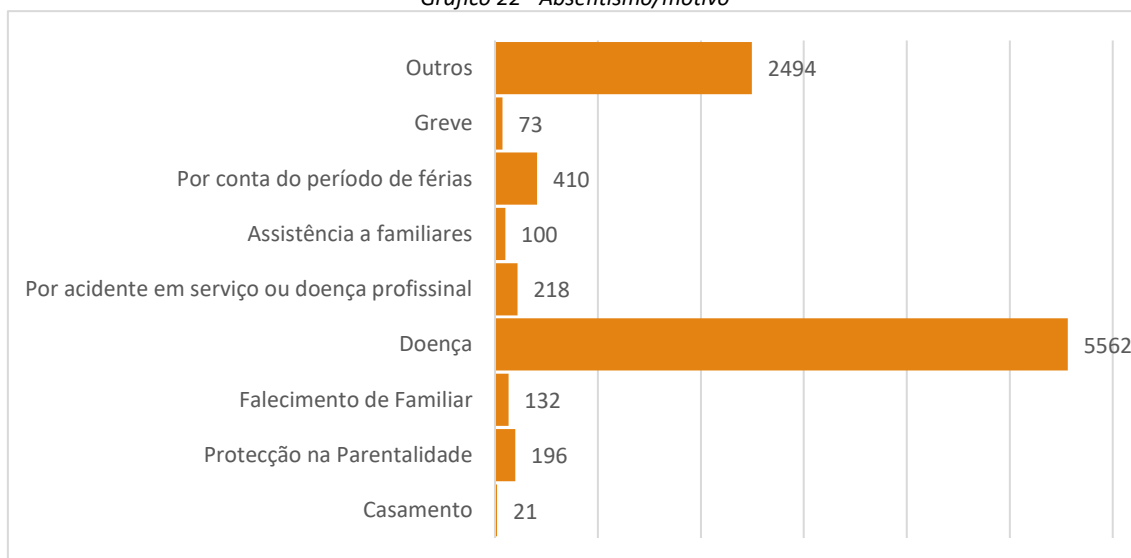


Tabela 21 - Indicadores de despesa com o pessoal

	2021	2022	2023	2024	2025
Total de efetivos	215	243	243	234	282
Evolução efetivos	4,88%	13,02%	0,00%	- 3,70%	20,51%
Despesa paga	4.904.280	5.215.949	5.936.487	6.220.169	6.910.938
Evolução Despesa paga	9,08%	6,36%	13,81%	4,78%	11,11%
Despesa por trabalhador	22.811	21.465	24.430	26.582	24.507
Evolução despesa/trabalhador	4,01%	-5,90%	13,81%	8,81%	-7,81%

Quanto à evolução do número de trabalhadores verifica-se um aumento do número de efetivos de cerca de 20,51%, fruto da contratação de novos trabalhadores.

Como consequência daquelas contratações, as despesas com o pessoal apresentam um aumento de cerca de 11,11%, o que, conjugado com o aumento do número de efetivos, se traduz em decréscimo na evolução da despesa paga por trabalhador de cerca de 7,81%.